



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MARCO DE CANAVESES

ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA Fls  
DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL Nº 01  
REALIZADA EM 23/02/2019

-----ATA NÚMERO UM /DOIS MIL E DEZANOVE-----

----ATA DA REUNIÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DO MARCO DE CANAVESES  
DE 23/02/2019 -----

---Aos vinte e três dias do mês de fevereiro de dois mil e dezanove, pelas oito horas e trinta minutos, nesta Cidade do Marco de Canaveses, no Salão Nobre dos Paços do Concelho, sito no Largo Sacadura Cabral, reuniu a Assembleia Municipal, sob a Presidência de **Jorge Francisco Vieira**, coadjuvado por **Bruno Daniel Sousa Caetano**, Primeiro Secretário e **Maria Gorete Lopes Pinheiro**, Segunda Secretária, com a seguinte Ordem do Dia: -----

---PONTO UM – Período de Antes da Ordem do Dia.-----

----PONTO UM, PONTO UM – Apreciação e votação da ata da Sessão Ordinária do dia 23/11/2018. -----

---PONTO UM, PONTO DOIS – Tomada de Posse dos membros do Conselho Municipal de Segurança, nos termos do art.º 9.º da Lei n.º 33/98, de 18/07, alterada e republicada pela Lei n.º 106/2015, de 25/08. -----

---PONTO UM, PONTO TRÊS – Tratamento de assuntos gerais de interesse autárquico, nos termos do art.º 52.º da Lei n.º 75/2013, de 12/09, e de acordo com o n.º 1 do art.º 18.º do Regimento da Assembleia Municipal. -----

---PONTO DOIS – Período de Intervenção do Público, nos termos dos n.º 1 e 6 do art.º 49.º da Lei n.º 75/2013, de 12/09, e n.º 3 do art.º 18.º e dos art.º 21.º e 27.º do Regimento da Assembleia Municipal. -----

---PONTO TRÊS – Período da Ordem do Dia. -----

---PONTO TRÊS, PONTO UM – Apreciação da informação escrita da Presidente da Câmara Municipal acerca da atividade desta e da situação financeira do Município. -----

---PONTO TRÊS, PONTO DOIS – Apreciação e deliberação da proposta da Câmara



**Municipal relativa à transferência de competências para os Municípios e Entidades Intermunicipais. -----**

**---PONTO TRÊS, PONTO TRÊS – Informação sobre os compromissos plurianuais face à autorização prévia no âmbito da Lei dos Compromissos e Pagamentos em atraso – LCPA.**

**Para conhecimento. -----**

**---PONTO TRÊS, PONTO QUATRO – Apreciação e deliberação da proposta da Câmara Municipal respeitante à 1.ª Revisão das Grandes Opções do Plano e Orçamento Municipal do Marco de Canaveses. -----**

**---PONTO TRÊS, PONTO CINCO – Apreciação e deliberação da proposta da Câmara Municipal relativa à 1.ª alteração ao Mapa de Pessoal 2019. -----**

**---PONTO TRÊS, PONTO SEIS – Apreciação e deliberação da proposta da Câmara Municipal relativa à Declaração de Interesse Municipal – Centro de apoio às Atividades Náuticas de Recreio – Infraestruturas Associadas, requerido por António Jorge Vieira Azevedo. -----**

**---Pelas nove horas, o Presidente da Assembleia Municipal mandou proceder à contagem, tendo sido dado como presentes, de acordo com o mapa já rubricado, os seguintes membros: -----**

**---Jorge Francisco Vieira, Fernando Luís de Sousa Machado Soares Vales, Bruno Sérgio Moreira Caetano, Manuela da Conceição Monteiro Pinto Ferreira, Joaquim Teixeira Monteiro da Rocha, Maria Gorete Lopes Pinheiro, Gil Fernando Mendes Rodrigues, Bruno Daniel Sousa Caetano, Nuno Vítor Diogo Pinto, Ana Cristina Mendes Cordeiro de Matos Valente Couto Ribeiro, Mário Luís da Silva Monteiro, Ana Maria Madureira Ferreira, Susana Maria Machado Loureiro, Manuel Fernando da Costa Vieira, Américo Ricardo Ribeiro Moreira, Flávia Isabel Pereira da Silva, Isabel Maria Barbosa Madureira, Marta Alexandra Regadas de Sousa, Maria Luísa Gomes Madureira, Luís Carlos Soares Vieira, José Pedro Pinto dos Reis, Luciano Filipe Cardoso Costa, Abílio**



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MARCO DE CANAVESES

ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA Fls  
DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL Nº 01  
REALIZADA EM 23/02/2019

Moreira de Castro, António Adão da Silveira Monteiro, Joaquim Eduardo Mendes da Silva, José Fernando de Barros Barbosa, Miguel João Teixeira Carneiro, António Maria Fernandes Esteves, Manuel Azevedo de Sousa, Ricardo Manuel da Silva Soares, Leonardo João de Castro Machado, Eduardo Celso Machado de Queirós Santana, Joaquim Miguel Magalhães Queirós, José Leitão do Couto, António da Costa Pinto, Maria José Pinto Cerqueira e Fernando Joaquim Teixeira Monteiro. -----

----O plenário contou com a presença do Executivo da Câmara Municipal: **Cristina Lasalet**  
**Cardoso Vieira** – Presidente, **Mário Bruno da Silva Magalhães** – Vice-presidente, **Paulo Jorge da Silva Couto** – Vereador em regime de permanência, e Vereadores em regime de não permanência, **Paula Alexandra Rabaçal Marques**, **José António Carvalho Soares da Mota**, **António Fernandes de Sousa Dias** e **Paulo Ramalheira Teixeira**. -----

----Iniciando a sessão com trinta e sete (37) membros, o Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, depois de cumprimentar todos os presentes, entrou de imediato no **Ponto Um** da Ordem de Trabalhos. -----

----**PONTO UM, PONTO UM – Apreciação e votação da ata da Sessão Ordinária do dia 23/11/2018**. -----

----O Presidente da Mesa informou que nos termos do n.º 3 do Artigo 34.º do Decreto-Lei n.º 4/2015, de 7 de janeiro, não participam na aprovação da ata os membros que não tenham estado presentes na reunião a que esta respeita, sendo estes: Maria Luísa Gomes Madureira; Manuela da Conceição Monteiro Pinto Ferreira; António Maria Fernandes Esteves; Flávia Isabel Pereira da Silva e Manuel Fernando da Costa Vieira. -----

----Não havendo inscrições para intervir, por parte do plenário, o Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, **Jorge Francisco Vieira**, submeteu de imediato à votação o **Ponto Um, Ponto Um** da Ordem de Trabalhos, tendo o mesmo sido aprovado por unanimidade, com trinta e



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MARCO DE CANAVESES

ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA      Fls  
DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL Nº 01  
REALIZADA EM 23/02/2019

um (31) votos a favor, zero (00) voto contra, e zero (00) abstenções. -----

----De seguida, procedeu à tomada de posse dos membros, Manuela da Conceição Monteiro Pinto Ferreira, Manuel Fernando da Costa Vieira, Flávia Isabel Pereira da Silva e Maria Luísa Gomes de Madureira, em substituição, por ausência inferior a trinta dias, dos membros da Assembleia de Freguesia Maria Estela Vieira Freitas, Leandro Manuel Vieira de Queirós, César Baltazar Pereira Fernandes e Célia Cristina Barbosa Monteiro da Costa, respetivamente. -----

----**PONTO UM, PONTO DOIS – Tomada de Posse dos membros do Conselho Municipal de Segurança, nos termos do art.º 9.º da Lei n.º 33/98, de 18/07, alterada e republicada pela Lei n.º 106/2015, de 25/08.** -----

----O Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, **Jorge Francisco Vieira**, deu a palavra ao Primeiro Secretário, **Bruno Daniel Sousa Caetano**, para fazer a chamada das pessoas que irão tomar posse perante a Assembleia Municipal. -----

----Não tomou posse a Presidente da Direção da Cruz Vermelha – Delegação do Marco de Canaveses, Dra. Palmira Maria Pinto Monteiro Rafael. O Primeiro Secretário informou que será convocada para tomar posse na próxima Sessão da Assembleia Municipal. -----

----**PONTO UM, PONTO TRÊS – Tratamento de assuntos gerais de interesse autárquico, nos termos do art.º 52.º da Lei n.º 75/2013, de 12/09, e de acordo com o n.º 1 do art.º 18.º do Regimento da Assembleia Municipal.** -----

----Abertas as inscrições para o ponto supracitado, inscreveram-se os membros da Assembleia Municipal, cujas intervenções são em seguida resumidas. -----

----O Membro da Assembleia Municipal **Susana Loureiro** (PPD/PSD), começou a sua intervenção expressando a sua franca preocupação com os episódios de violência doméstica e de violência no namoro que se multiplicam em todos os extratos sociais, ao longo do território nacional, e também no Marco de Canaveses, com onze mulheres mortas só neste ano neste



contexto, número que merecerá certamente uma profunda reflexão, tratando-se de atos que não raro passam incólumes. Declarou que para combater este preocupante cenário, com inúmeros processos que se vão acumulando nos tribunais, a educação e sensibilização deverão ser apostas ideológicas fortes, no sentido de prevenir que a assistência de atos violentos, muitas vezes no seio familiar, se transforme numa constante escalada com propensão nas gerações futuras. -----

----Classificou de igualmente alarmante o aumento do número de casos de *bullying* e de violência doméstica nas diversas faixas etárias, preocupação que assenta apenas no número de casos denunciados, sabendo-se de antemão que muitos mais são calados por vergonha, por dependência económica ou por medo. -----

----Sendo ténue a linha que separa os episódios de violência que deixam marcas profundas de uma morte, apelou à sensibilidade da Assembleia Municipal, declarando ser urgente atuar e adotar medidas de prevenção precoces, investir em informação, divulgação e sensibilização, para que aos poucos seja vencida esta luta contra a violência. -----

----Face ao exposto, e em nome do Grupo Municipal do PSD, lançou um desafio ao Executivo, no sentido de, com a urgência que este assunto certamente merece, criar um Gabinete Municipal de Apoio à Vítima de Violência, de modo a garantir a adequada orientação, esclarecimento e encaminhamento das vítimas, em articulação com a rede social instalada, bem como com o tribunal, GNR, Segurança Social, Gabinete Social do Município, Ordem dos Advogados, escolas e outros parceiros relevantes. Acrescentou que esta seria uma medida deveras importante para o desenvolvimento social do Concelho de Marco de Canaveses, a par do compromisso do Executivo de criação de uma habitação social que possa ser utilizada por vítimas de violência doméstica. -----

----Paralelamente, reiterou a importância do investimento em campanhas de sensibilização e palestras informativas junto dos mais jovens, de modo a criar uma dinâmica integrada na sua formação, pelo que congratulou o Presidente da Mesa da Assembleia Municipal por ter sugerido



este tema para debate na Assembleia Municipal de Jovens. -----

----Passando para um outro tema, declarou que o Grupo Municipal do PSD está inteiramente disponível e empenhado para colaborar com a Câmara Municipal, Assembleia Municipal e Junta de Freguesia de Vila Boa do Bispo, na pessoa do seu Presidente, na procura de uma solução legal para o problema com que a Junta de Freguesia se depara, sendo esta uma situação que a todos deverá congrega, numa atitude apartidária isenta de interesses políticos, unindo-se esforços para que prevaleça o interesse público dos Marcoenses, e mais concretamente dos habitantes de Vila Boa do Bispo. Dirigindo-se ao Presidente da Junta de Freguesia, Miguel Carneiro, e reconhecendo neste as capacidades necessárias para ultrapassar este constrangimento, de acordo com os critérios legais, apelou a que este não se deixe iludir por sistemas aparentemente simples nem se reja por soluções ditas imediatas. -----

----Por fim, questionou qual o posicionamento da Presidente da Câmara Municipal e do seu Executivo sobre esta situação, e quais as medidas que já estão a ser desenvolvidas para dar resposta às necessidades da Junta de Freguesia de Vila Boa do Bispo e da sua população. -----

----O Membro da Assembleia Municipal **Miguel Carneiro**, Presidente da Junta de Freguesia de Vila Boa do Bispo (PS), apresentou alguns esclarecimentos sobre esta questão que envolve a Junta de Freguesia que preside, traçou a linha do tempo dos eventos que começaram com a trágica morte, por afogamento na Praia Fluvial de Meregeiro, do cidadão Agostinho Melo, no dia seis de agosto de dois mil. Como consequência deste lamentável episódio, a família intentou uma ação contra o Estado Português, Câmara Municipal de Marco de Canaveses e Junta de Freguesia de Vila Boa do Bispo no Tribunal Administrativo de Penafiel, em dois mil e um. O processo não teve provimento, sendo ilibadas de qualquer culpa as três entidades públicas. Não conformada com a situação, a família recorreu ao Tribunal Administrativo e Fiscal do Porto em dois mil e três. Ao contrário do sucedido no primeiro processo, a Junta de Freguesia de Vila Boa do Bispo, à época,



decidiu não constituir defesa. Dez anos depois, em novembro de dois mil e treze – um mês após a tomada de posse do atual Executivo da Junta de Freguesia, no seu primeiro mandato – a decisão da primeira instância veio ilibar uma vez mais o Estado Português e a Câmara Municipal de Marco de Canaveses, condenando, porém, a Junta de Freguesia de Vila Boa do Bispo ao pagamento de uma indemnização à família. Tendo tomado conhecimento do processo pela primeira vez, de imediato a Junta de Freguesia contratou advogados e recorreu da decisão, tendo obtido uma decisão desfavorável em instância final, que em dois mil e dezassete confirmou a sentença, obrigando a Junta de Freguesia ao pagamento de uma indemnização de valor superior a trezentos e vinte mil euros (320.000€). -----

----Desde logo, a Junta de Freguesia de Vila Boa do Bispo tentou chegar a um entendimento com a família, não havendo qualquer disponibilidade da outra parte para negociar o pagamento da indemnização. Consequentemente, e não tendo uma Junta de Freguesia com um Orçamento de cerca de duzentos e cinquenta mil euros (250.000€) capacidade financeira para fazer face a esta avultada indemnização, foi penhorada a verba que a Junta de Freguesia tinha disponível na sua conta para gestão corrente, no valor de aproximadamente dezasseis mil euros (16.000€), sendo expectável que sejam produzidas novas penhoras aos equipamentos e viaturas da Junta de Freguesia. -----

----Face ao exposto, declarou que a óbvia e principal preocupação da Junta de Freguesia de Vila Boa do Bispo neste momento é ter condições para continuar em funcionamento e assegurar a prestação dos serviços essenciais à população, garantindo, no entanto, que o Executivo da Junta de Freguesia pugnará empenhada e diligentemente pela defesa dos superiores interesses dos seus cidadãos. -----

----Reiterando a sua intervenção na Assembleia Municipal de vinte e oito de abril de dois mil e dezassete, após a leitura da sentença contra a Junta de Freguesia de Vila Boa do Bispo, apelou à



compreensão e solidariedade da Assembleia Municipal no tratamento desta matéria tão delicada e impactante para o futuro da comunidade, acrescentando que desde o primeiro momento foi absolutamente transparente e diligente na procura de uma solução que salvaguardasse os interesses da freguesia e respeitasse as deliberações emitidas pelo poder judicial, prestando as devidas contas aos eleitores sobre a nefasta dimensão do problema e consequente prejuízo para Vila Boa do Bispo, que previsivelmente se arrastará durante as próximas décadas. -----

----Fez notar que o Executivo Municipal tem acompanhado de perto o desenvolvimento deste processo, bem como os esforços envidados para encontrar uma solução que salve os interesses da freguesia, tendo-se colocado à inteira disposição para garantir a manutenção dos serviços prestados à população, facto que agradeceu publicamente. -----

----Focando aquilo que considera ser o lado positivo de toda esta situação, declarou que este problema se revelou útil para perceber, no plano político, quem realmente está disponível para ajudar e contribuir para o bem comum, e quem apenas está interessado no jogo político. Aproveitou para deixar um sentido agradecimento pela solidariedade e palavras de amizade e consideração que lhe têm sido dirigidas e ao seu Executivo por todos os quadrantes políticos. Lamentou, porém, que após cinco anos em que o Executivo da Junta de Freguesia de Vila Boa do Bispo abdicou de mais de quinze mil euros (15.000€) de compensações em favor do Orçamento da Junta de Freguesia, ainda se favoreça o espetáculo mediático em detrimento da resolução dos reais problemas dos Marcoenses, colocando em causa a honorabilidade e carácter, extensíveis ao plano pessoal e profissional, daqueles que estão a lutar para ultrapassar estes constrangimentos herdados.

----Concluindo a sua intervenção, afirmou perentoriamente que a população de Vila Boa do Bispo poderá continuar a contar com o empenho e dedicação do Executivo da Junta de Freguesia na busca incessante das soluções que estejam legalmente ao seu alcance, plenamente convictos de que os cidadãos saberão reconhecer este esforço e julgar aqueles que adotarem postura diferente. -----





----O Membro da Assembleia Municipal **Fernando Monteiro**, Presidente da Junta de Freguesia de Vila Boa de Quires e Maureles (PPD/PSD), no uso da palavra, começou por abordar a temática do saneamento na sua freguesia. Sendo certo que a abertura da ETAR de Maureles foi deveras importante para a desativação de algumas fossas e a resolução de alguns problemas de saúde pública, subsistem ainda algumas questões preocupantes, pelo que apontou o exemplo de Agrela, em que os efluentes das fábricas estarão a ser encaminhados diretamente para o Rio Bufa, sendo este um alerta que tem deixado nos últimos anos. Neste sentido, questionou se o Executivo planeia efetuar alguns investimentos, nomeadamente a instalação de uma ETAR que pudesse solucionar este problema, e ao mesmo tempo dar uma resposta ao problema da fossa dos loteamentos da Gaia de Cima e Tapada. -----

----Em seguida, interpelou o Executivo no que concerne ao desenvolvimento do projeto de intervenções nos estabelecimentos escolares, lembrando que na Escola de Maureles ainda subsiste uma cobertura com amianto. -----

----Finalmente, abordou a questão estética de uma das principais entradas em Vila Boa de Quires e Maureles, designadamente junto à rotunda de Lordelo, sendo que a Junta de Freguesia elaborou um projeto para a dita rotunda, em parceria com um arquiteto conterrâneo. Havendo uma intenção expressa da Câmara Municipal de beneficiar algumas rotundas no território concelhio, perguntou se existe a perspetiva de a rotunda de Lordelo ser intervencionada, o que melhoraria substancialmente a imagem de Vila Boa de Quires e Maureles. -----

----O Membro da Assembleia Municipal **José Fernando Barbosa**, Presidente da Junta de Freguesia de Tabuado (PS), começou por fazer referência à visita da Presidente da Câmara Municipal a Tabuado, onde teve a oportunidade de sentir o júbilo e a gratidão dos cidadãos pelo conjunto de obras de proximidade executadas na Freguesia de Tabuado em dois mil e dezoito. Além disso, a visita serviu igualmente para começar a projetar as intervenções perspetivadas para



**ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MARCO DE CANAVESES**

**ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA      Fls  
DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL Nº 01  
REALIZADA EM 23/02/2019**

dois mil e dezanove. Neste sentido, chamou a atenção para a necessidade de intervenção na Rua Padre Joaquim Pereira da Cunha, no âmbito da extensão da rede de abastecimento de água e saneamento, perguntando se já existe uma data prevista para o início da mesma. -----

---Em seguida, passou a apresentar um voto de louvor, cujo conteúdo e preâmbulo são integralmente transcritos. -----

---*Com a reforma dos cuidados de saúde primários, mais concretamente em dois mil e seis, uma equipa de profissionais, coordenada à altura pelo Dr. António Filipe, aceitou o desafio de construir aquilo que viria a ser a USF de Alpendorada, uma unidade de saúde baseada no modelo experimental que todos acreditavam condenado ao fracasso. Foi-se afirmando no profissionalismo, na solidariedade e no desejo da melhoria contínua. Foi, portanto, natural que desafiados pelo Diretor Clínico do ACES, pelos Presidentes das Juntas de Freguesia de Tabuado e de Várzea, Aliviada e Folhada, pelo Município e pela Direção da Casa do Povo, em criar um polo em Tabuado. Apesar das dificuldades previsíveis, e mesmo alguns pareceres negativos, foi aceite o desafio. Foi também natural que quando o Ministério da Saúde definiu como prioridade estratégica nacional a creditação em qualidade, de acordo com padrões internacionais predefinidos das unidades de saúde, promovendo o empenho voluntário dos profissionais na melhoria contínua dos cuidados que são prestados aos cidadãos, e desta forma incrementar a eficiência, reduzindo os custos da não qualidade, esta Unidade de Saúde Familiar de Alpendorada e Tabuado abraçou o projeto.* -----

---*Desde dois mil e dezassete que as unidades funcionais, nomeadamente as Unidades de Saúde Familiar tipo A e B, e Unidades de Cuidados de Saúde, são avaliadas tendo por base o chamado Índice de Desempenho Global, que quantifica o conjunto de resultados que refletem a melhoria dos cuidados de saúde na comunidade onde se inserem. Apraz-me informar que em relação ao IDG final do ano de dois mil e dezassete, esta unidade atingiu um valor de noventa e três pontos*



*em cem possíveis, estando à altura no Top10 nacional. -----*

*----Em dezembro de dois mil e dezoito, foram avaliadas mil, cento e cinquenta e duas unidades de saúde, das quais duzentas e cinquenta Unidades de Saúde Familiar – modelo B, na qual se enquadra a mesma, sendo que o IDG da USF de Alpendorada e Tabuado foi o mais elevado a nível nacional, com noventa e oito ponto dois pontos em cem possíveis. E quase dois anos passados, a Unidade de Saúde Familiar que aceitou o desafio de ser a primeira no país, de modelo B, a criar um polo, foi creditada em vinte e três de janeiro de dois mil e dezanove com um nível bom. -----*

*----Com o presente voto de louvor, procura-se salientar o sucesso de uma instituição prestadora de cuidados de saúde, a Unidade de Saúde Familiar de Alpendorada e Tabuado, que foi distinguida com o nível de noventa e oito ponto dois em cem, tendo como base o Índice de Desempenho Global (IDG), que qualifica um conjunto de resultados que refletem a melhoria dos cuidados de saúde. Estes resultados são o produto do trabalho e do empenho de toda uma equipa de profissionais que a integram, desde médicos, enfermeiros, administrativos, assistentes operacionais e uma coordenadora, que neste momento é a Dra. Alexandra Rabaçal, que só por acaso também é membro deste Executivo. -----*

*----Auguramos aqui que continue o caminho do sucesso, prestando um serviço de saúde de qualidade a uma franja significativa da população Marcoense. Congratulamo-nos com a classificação, que foi a mais elevada a nível nacional, num universo de mil, cento e cinquenta e duas, e das quais duzentas e cinquenta e seis são Unidades de Saúde Familiar – modelo B. -----*

*----Aproveitamos para relembrar que esta Unidade de Saúde Familiar – tipo B foi também a primeira na criação de um polo – o Polo de Tabuado. -----*

*----O Membro da Assembleia Municipal **Gil Fernando Mendes Rodrigues** (PPD/PSD), começou a sua intervenção por se associar ao voto de louvor anteriormente apresentado, recordando aqueles*



que foram os principais promotores da criação do polo de saúde em Tabuado. -----

----Dissertando sobre a contínua desvalorização da palavra dada e dos compromissos assumidos ao longo do tempo, que mesmo exarados em documentos oficiais e assinados, ou constantes de programas e manifestos eleitorais, não são devidamente honrados, apontou o exemplo do propalado pré-acordo com a empresa concessionária Águas do Marco e do compromisso de isentar de imediato os Marcoenses das taxas de ligação à rede de abastecimento de água e saneamento, casos em que a Presidente da Câmara Municipal prometeu aquilo que eventualmente não poderia cumprir e que, de facto, não cumpriu, chegando a aconselhar aos Marcoenses o pagamento faseado das taxas de ligação. -----

----O Membro da Assembleia Municipal **Ricardo Soares**, Presidente da Junta de Freguesia de Bem Viver (PS), manifestou o seu regozijo pelo novo panorama e realidade que se fazem sentir no Concelho de Marco de Canaveses, com expressão na Freguesia de Bem Viver, onde finalmente estão a ser encontradas soluções eficazes e permanentes para problemas que, de forma inexplicável, se foram arrastando ao longo de décadas. Assinalou que a Freguesia de Bem Viver tem recuperado a sua voz ativa, através da resposta que o Executivo Camarário tem dado às legítimas pretensões e reivindicações da população. -----

----Apontando alguns exemplos específicos, falou sobre a reposição do muro de suporte à Rua da Portela, caído há mais de quinze anos; a colocação de iluminação pública na Rua da Vinha, também requerida há pelo menos quinze anos; a instalação de duas paragens de autocarro no Largo da Feira Nova, algo que a população aguardava há mais de quarenta anos. -----

----Agradecendo à Presidente da Câmara e ao seu Executivo pela postura adotada de cooperação ativa com as Juntas de Freguesia, não deixou passar a oportunidade para chamar a atenção para duas situações preocupantes na Freguesia de Bem Viver, pelo perigo que representam para a população ou pelo impacto transversal que poderão ter na comunidade, a saber, o estado em que se



encontra a Rua Eng.º Manuel Carneiro Geraldês – com constantes abatimentos que já provocaram prejuízos elevados a vários comerciantes locais e acidentes que afetaram transeuntes, motivados pelo cruzamento das redes de águas pluviais e saneamento – e o Pavilhão Gimnodesportivo do Centro Desportivo de Favões. -----

----Relativamente à situação do pavilhão gimnodesportivo, informou que no dia vinte e sete de julho de dois mil e cinco foi comunicado ao Centro Desportivo de Favões que em Reunião de Câmara havia sido deliberado, por unanimidade, conceder um subsídio de duzentos e vinte e nove mil, novecentos e três euros, e sessenta cêntimos (229.903,60€) para a construção do dito pavilhão, subsídio este que nunca foi rececionado, sendo que apenas em dois mil e catorze, após recurso aos tribunais, foi assinado o reconhecimento de dívida e acordo de pagamento entre a associação e a Câmara Municipal de Marco de Canaveses, no valor de duzentos e vinte mil, oitocentos e quarenta e sete euros, e cinquenta e nove cêntimos (220.847,59€). -----

----Indicou que apesar de ter sido recentemente eleita e empossada uma nova Direção disposta a recuperar esta associação, tal desiderato tem sido dificultado pelo facto de o pavilhão não estar devidamente registado, impedindo assim investimento público para a concretização de obras fundamentais que viabilizassem a aceitação de propostas para a sua utilização e rentabilização, alavancando desta forma um importante eixo na política desportiva da Freguesia de Bem Viver e do Concelho de Marco de Canaveses. -----

----Face ao exposto, uma vez mais solicitou a colaboração da Câmara Municipal para que em conjunto seja possível ultrapassar este obstáculo, dando uma resposta positiva aos anseios da população e de uma associação que tanto tem feito em prol do desenvolvimento desportivo na comunidade. -----

----O Membro da Assembleia Municipal **Américo Moreira** (PPD/PSD), no uso da palavra, começou por relembrar que o Orçamento Participativo Jovem foi uma medida em tempos



apresentada pela Juventude Socialista e acolhida pelo Executivo então liderado pelo Partido Social Democrata, evidenciando uma atitude de abertura a ideias inovadoras e meritórias. Após um ano de interregno, saudou o atual Executivo Camarário por novamente contemplar o Orçamento Participativo Jovem no Orçamento Municipal, dando assim voz aos jovens enquanto camada preponderante da sociedade Marcoense, estimulando a sua participação cívica, envolvimento nas decisões coletivas e fiscalização da atuação dos organismos públicos. -----

----Em contraste, lamentou que o Conselho Municipal da Juventude ainda não tenha reunido desde a sua tomada de posse no presente mandato, pelo que questionou qual o posicionamento da Presidente da Câmara Municipal sobre este assunto, atendendo tratar-se de um instrumento significativo para o reforço dos princípios da democracia e da participação pública dos cidadãos mais jovens. -----

----Argumentando que um dos aspetos fundamentais para o crescimento de um concelho e de uma região é a aposta na educação e na valorização dos serviços educativos, registou com alguma apreensão o facto de que ultimamente os pedidos de transporte feitos à Câmara Municipal para deslocação de alunos têm vindo a ser indeferidos, pelo que questionou os motivos para tal decisão, acrescentando que os alunos, em especial os mais carenciados, merecem um Executivo Camarário atento, eficaz e com capacidade de intervenção e de resolução dos problemas. -----

----Para terminar, e na sequência de uma informação veiculada pelos órgãos de comunicação social, indagou quais as razões que conduziram ao anunciado atraso de um mês nas obras que decorrem na linha ferroviária entre Caíde e o Marco de Canaveses, bem como o impacto previsto para os cidadãos Marcoenses deste atraso. -----

----O Membro da Assembleia Municipal **Mário Luís Monteiro** (CDS/PP), começou por solidarizar-se inteiramente com os temas introduzidos na intervenção da deputada **Susana Loureiro**, quer no que diz respeito à prevenção da violência doméstica e da violência no namoro,



quer no concernente à situação vivenciada pela Junta de Freguesia de Vila Boa do Bispo. -----

----Saudou a iniciativa da realização do jantar da Assembleia Municipal, que permitiu estreitar laços e reencontrar velhos amigos. -----

----Deu nota da realização da 3.<sup>a</sup> Gala da Associação Recreativa e Cultural de Alpendorada, que celebrou recentemente o quadragésimo sétimo aniversário de uma história que muito tem prestigiado o Concelho de Marco de Canaveses. Aproveitou para informar que neste mesmo dia terá lugar um sarau musical promovido pela Pauta Musical, em parceria com a ARCA. -----

----Sublinhando os sucessos desportivos desta associação, referiu que as atletas juvenis e juniores se sagraram campeãs regionais, enquanto as infantis iniciadas obtiveram o segundo lugar, com acesso à fase nacional da competição. -----

----Informou ainda que no dia dezasseis de março irá decorrer o Campeonato Regional do Norte de Fundo em Canoagem, junto ao Parque de Lazer em Alpendorada. -----

----Destacou a representação do Concelho de Marco de Canaveses na Gala dos Campeões da Federação Portuguesa de Canoagem, que se realizou no passado dia vinte e seis de janeiro. Expressou a sua convicção de que a Câmara Municipal irá incrementar o investimento para potenciar e fomentar a prática desta modalidade no Marco de Canaveses. -----

----Referenciou também que no próximo dia doze de março será efetuada uma demonstração das várias valências da área da Proteção Civil no Agrupamento de Escolas de Alpendorada. -----

----Sendo recorrentes as intervenções em que chama a atenção para o tema da segurança rodoviária, secundou as várias manifestações populares de desagrado pelo estado em que se encontra a estrada que liga o Torrão à Barragem, com uma faixa praticamente intransitável, situação que não se coaduna com uma sociedade evoluída em pleno séc. XXI. Neste sentido, apelou a uma intervenção urgente e a um maior cuidado na manutenção desta via. -----

----Reiterou o apelo para que se efetue um estudo de tráfego para a Rua Francisco Sá Carneiro,



tendo em vista a implementação de medidas práticas para redução da velocidade dos automóveis que circulam nessa via, de modo a minorar a incidência de atropelamentos. -----

----Reforçou também o apelo para que a rotunda junto ao parque infantil seja efetivamente classificada como tal, mediante a colocação dos sinais de trânsito adequados, por forma a minimizar os constrangimentos que por vezes se verificam no local. -----

----Por fim, chamou a atenção para a perigosidade de um cruzamento situado na rua que vem da Urbanização Santa Sabina em direção à Estrada Nacional, por falta de visibilidade, sugerindo a colocação de um espelho no local. -----

----O Membro da Assembleia Municipal **Bruno Caetano** (PS) começou por saudar a iniciativa de realização do jantar da Assembleia Municipal, lamentando apenas a ausência de vários dos atuais membros num momento que se pretendia de reforço de laços e de coesão deste órgão autárquico. --

----Congratulou-se igualmente com a escolha assertiva do atual tema sobre a violência doméstica e violência no namoro para debate na Assembleia Municipal de Jovens. -----

----Em seguida, felicitou o Gabinete de Comunicação da Câmara Municipal de Marco de Canaveses pela forma sóbria, mas ao mesmo tempo inovadora, como comunica com os cidadãos, sendo disso bom exemplo o novo formato da revista municipal intitulada “O meu Marco”, um método eficiente e atrativo de promover o que de bom se faz no concelho. Esta publicação é também uma prova de que o Executivo Camarário não tem receio do escrutínio popular, colocando à consideração e avaliação da população, de quatro em quatro meses, as atividades que tem vindo a desenvolver. -----

----Destacou que o Tribunal Administrativo e Fiscal de Penafiel deu provimento à legalidade do ajuste direto para contratação de uma empresa de advogados para representar a Câmara Municipal no processo judicial em curso contra a empresa concessionária Águas do Marco, facto que reforça e confirma o nível de transparência e legalidade pelo qual o Executivo rege a sua ação. Dirigindo-





se ao Vereador António Dias, perguntou se, na sua opinião, os últimos doze anos de atrasos negociais na resolução do litígio com a empresa Águas do Marco não foram suficientes, relembrando que neste extenso período, a Câmara Municipal liderada pelo PSD foi condenada ao pagamento de uma indemnização de dezasseis milhões de euros (16.000.000€), acrescidos de juros, à referida empresa. Neste contexto, sugeriu ao PSD que assim como emitiu um comunicado a questionar a transparência e legalidade no procedimento administrativo encetado pelo Executivo, deveria agora emitir um segundo comunicado a retratar-se perante a população Marcoense por este seu equívoco. -----

---Questionou também o Executivo se na sequência da decisão do tribunal, já foi possível retomar as negociações com a empresa concessionária Águas do Marco. -----

---Chamou a atenção para uma notícia que deu conta do aparecimento de um quadro da famosa pintora Paula Rego no Museu Municipal, produzido na década de sessenta. Frisando que esta obra de reconhecida valia poderá ter um papel fundamental na promoção do Concelho de Marco de Canaveses além-fronteiras, questionou por que razões só agora foi identificado este património que integrava o acervo do Museu Municipal. -----

---Concluindo a sua intervenção, defendeu a resposta que, apesar de todas as condicionantes, o Serviço Nacional de Saúde continua a dar aos utentes, lembrando que este foi criado por iniciativa do Partido Socialista. -----

---A Presidente da Câmara Municipal, **Cristina Lasalete Cardoso Vieira**, em resposta aos membros da Assembleia Municipal, e começando pela intervenção da deputada **Susana Loureiro**, esclareceu “ *Queria, então, começar por responder às questões aqui colocadas pela Dra. Susana Loureiro, que nos fez chegar hoje uma intervenção que demonstra a sua preocupação com as questões da violência no namoro e da violência doméstica, e do aumento do número de casos no Concelho de Marco de Canaveses. E em relação a esta questão, eu tinha duas notas a dar.* -----



**ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MARCO DE CANAVESES**

**ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA      Fls  
DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL Nº 01  
REALIZADA EM 23/02/2019**

----Primeiro, os parceiros nesta área, dentro daquilo que são as competências do Município de Marco de Canaveses, estão efetivamente a trabalhar. Dou-lhe como exemplo o grupo de trabalho criado no âmbito da rede social, onde estão presentes todas as Instituições Particulares de Solidariedade Social, que são as que fazem atendimento nas áreas sociais nas freguesias, onde está também o Núcleo Local de Inserção Social, ou seja, todas as equipas e técnicos do rendimento social de inserção que fazem atendimentos e que identificam muitas vezes várias daquelas situações que disse que estão escondidas e que não são públicas. Temos também os técnicos da área da saúde presentes neste grupo de trabalho, e temos o Gabinete de Ação Social, e também o RLI da Santa Casa da Misericórdia. Isto para dizer o quê? Que ao longo destes últimos meses, sempre que estou presente nas reuniões da rede social e nos grupos de trabalho – e muitos deles foram criados muito recentemente, nomeadamente na área da educação e da saúde – temos estado atentos a essa problemática, e estamos já a trabalhar e a identificar algumas das questões.

----Também não poderia deixar aqui de deixar esta mensagem, até porque o Sr. Deputado Mário Luís se reviu na sua intervenção, dizer-lhe que a área da educação é uma das áreas que está muito atenta aos casos de violência no namoro, e sobretudo violência doméstica, porque em muitas das famílias desestruturadas do concelho, chegam os problemas à escola através das crianças, e são identificadas – e já temos discutido alguns casos, nomeadamente nos Conselhos Gerais, onde está a Sra. Presidente de Câmara e os Srs. Presidentes de Junta, que também agora fazem parte dos Conselhos Gerais. -----

----E por isso, dizer-lhe, Sra. Deputada, que nós não estamos parados. O Concelho de Marco de Canaveses tem estado atento, ao longo dos últimos meses e ao longo do último ano, pelo menos enquanto estou à frente dos destinos da Câmara Municipal, destas e de outras matérias sociais. E dizer-lhe também – que a Sra. Deputada se calhar não sabe, mas eu vou-lhe dizer – que existe neste momento, desde 2012, um protocolo, que não deixa de ser um documento oficial, desde



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MARCO DE CANAVESES

ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA Fls  
DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL Nº 01  
REALIZADA EM 23/02/2019

2012, com a Associação Nacional de Municípios, no âmbito da Rede dos Municípios Solidários com as vítimas de violência doméstica, que felizmente agora vai ser alterado, porque no segundo ponto da minha questão, queria dar-lhe nota também de que para além de existir já desde 2012 este protocolo, este protocolo vai ser modificado para melhor porque na delegação de competências que este Executivo já (felizmente) aceitou, também está previsto no seu diploma, no Decreto-lei n.º 101, nomeadamente nas competências da justiça, que a Sra. Deputada devia conhecer bem, até porque é advogada, diz assim: “No âmbito da prevenção e combate à violência contra as mulheres e violência doméstica, podem definir ações ou projetos de prevenção e combate à violência contra as mulheres e violência doméstica, e de proteção e assistência das suas vítimas, que contribuam para a prossecução da igualdade e da não discriminação, incluindo a discriminação intersexual.” Ou seja, isto é apenas uma das competências no âmbito da justiça, o Decreto-lei n.º 101/2018, que vamos depois ter oportunidade de votar mais à frente, em que nos são transferidas estas competências. Ou seja, a Câmara Municipal agora até vai ter esta competência de poder, de facto, definir projetos, que agora não são da nossa competência, são de âmbito nacional, e com entidades de âmbito nacional, mas que passarão a ser da nossa competência. -----

----Por isso, dizer-lhe, Sra. Deputada, que não só estamos atentos, e estamos a trabalhar, como a proposta que aqui fez não faz sentido, porque com a votação que já fizemos em Reunião de Câmara e com a transferência de competências, a Câmara Municipal até vai ter essa competência delegada, de âmbito nacional. Por isso, dizer-lhe que não faz sentido a sua proposta, mas agradecer-lhe na mesma a sua preocupação. -----

----Queria dar conta também, em relação à sua questão sobre Vila Boa do Bispo, dizer-lhe o seguinte, Sra. Deputada: eu fiz questão de escrever aqui uma das suas citações; diz “sem jogos, nem interesses públicos”. É assim que devíamos estar todos em relação à situação da Freguesia



**ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MARCO DE CANAVESES**

**ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA      Fls  
DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL Nº 01  
REALIZADA EM 23/02/2019**

*de Vila Boa do Bispo. E se é, de facto, como diz – e pressuponho que esteja aqui também em representação da sua Bancada – se é sem jogos nem interesses políticos, eu vou relembrar, e tenho aqui os artigos do jornal A Verdade, cujo título diz assim, Sra. Deputada: “PSD quer autoridades a investigar”. E vou-lhe mostrar outro: “Autarca acusado de transferir dinheiro para contas pessoais. Miguel Carneiro está a ser também acusado de ter usado a sua conta bancária pessoal para salvaguardar cerca de setenta e cinco mil euros (75.000€). Luís Vales, líder do PSD do Marco de Canaveses, disse que tomou conhecimento do caso por parte de populares, e solicitou a ata da Assembleia de Freguesia onde este assunto foi debatido para averiguar a veracidade das informações.” São apenas dois dos títulos. Para lhe dizer que se era sem politiquices, como diz, e sem interesses políticos, não tínhamos estado a fazer manchetes de jornal sobre este assunto com este carácter, porque isto sim, põe em causa a dignidade do autarca de freguesia Miguel Carneiro. -----*

*----E por isso, Sra. Deputada, dizer-lhe o seguinte, em relação àquilo que são as competências da Câmara Municipal nesta matéria, os factos são estes: o processo é de 2001, a Junta de Freguesia foi julgada, a sentença é de 24 de março de 2017, e a Câmara Municipal – é bom relembrar – foi absolvida, porque a Câmara Municipal foi absolvida. O processo jurídico está a ser defendido pelos advogados que a Junta de Freguesia contratou para o efeito, e sobre essa matéria, Sra. Doutora, não nos cabe opinar, até porque a Sra. Doutora é advogada e também devia saber que devemos ser cautelosos no tema, porque podemos pôr em causa a estratégia de defesa da Junta de Freguesia, que deve ser acautelada pelos advogados que esta contratou. Cabe-nos, sim, ao Executivo da Câmara Municipal, preocupar-nos com o facto de a Junta de Freguesia, de um momento para o outro – segundo o Sr. Presidente de Junta – poder ter, por exemplo, as suas viaturas penhoradas. E aí, a Câmara Municipal necessita de ajudar a Junta de Freguesia a manter os serviços à população. Falamos de competências funcionais, Sra. Doutora,*



*competências funcionais. E quanto a isso, quando nos forem colocadas, que já foram acauteladas pelo Sr. Presidente de Junta, a Câmara Municipal cá estará para resolver o assunto. Daremos transporte para as crianças, asseguraremos que as questões funcionais da Junta não entrarão em colapso, e estou certa que a população de Vila Boa do Bispo vai reconhecer, de facto, o interesse que o Executivo da Câmara Municipal está a ter, e neste caso, a preocupação também do Executivo da Junta de Freguesia de Vila Boa, para que nada possa faltar no âmbito deste processo, que como digo, é de 2001, e que é um processo jurídico que devemos deixar decorrer nos tribunais. À Câmara Municipal compete ajudar quando a Junta precisar, nas suas competências funcionais. E como digo, mais nada a acrescentar sobre o assunto.” -----*

----Relativamente à intervenção do deputado **Miguel Carneiro**, informou que tem reunido com este para acompanhar de perto as preocupações relacionadas com a situação que se vive na Junta de Freguesia de Vila Boa do Bispo, reiterando que a Câmara Municipal saberá certamente assumir as responsabilidades no garante dos serviços prestados à população. -----

---Passando para a intervenção do deputado **Fernando Monteiro**, Presidente da Junta de Freguesia de Vila Boa de Quires e Maureles, e no que diz respeito aos estabelecimentos escolares, revelou que está agendada para a próxima quarta-feira uma reunião com os serviços técnicos – para a qual serão convidados os Presidentes das Juntas de Freguesia – para abordar este tema, sendo que por solicitação da DGEstE, o Município procederá ao normal planeamento do próximo ano letivo e à reavaliação do plano de intervenções, de acordo com aquilo que se perspectivam ser as necessidades a médio e longo prazo na utilização dos estabelecimentos escolares. -----

---Declarou que embora a requalificação de rotundas ao longo do concelho seja uma preocupação premente do Executivo desde o início do mandato, cedo se percebeu que a Câmara Municipal não dispunha dos recursos humanos necessários para realizar uma intervenção de tamanha dimensão, razão pela qual foi tomada a opção de recorrer a uma empresa externa para elaboração de um



projeto de intervenção de um conjunto de rotundas. Visto que o projeto desta empresa se traduziria numa obra muito dispendiosa, os serviços técnicos da Câmara Municipal estão agora a reavaliar as propostas desta empresa, com o objetivo de reduzir alguns custos e perceber quais as intervenções que a Câmara Municipal poderá realizar com os seus próprios recursos humanos. Garantiu que assim que tenha informação mais concreta, e em especial em relação à rotunda mencionada pelo Presidente de Junta, lhe fará chegar essa informação. -----

----Respondendo ao deputado **José Barbosa**, Presidente da Junta de Freguesia de Tabuado, começou por agradecer as palavras dirigidas ao Executivo da Câmara Municipal em relação às obras de proximidade que têm vindo a ser efetuadas, dando assim uma resposta efetiva às diversas solicitações das Juntas de Freguesia e dos cidadãos. Acrescentou ser deveras estimulante e gratificante sentir o agrado da população com a obra realizada, reconhecendo esta o empenho do Executivo Municipal nesta matéria. -----

----Associando-se ao voto de louvor apresentado à Unidade de Saúde Familiar de Alpendorada e Tabuado, declarou ser motivo de orgulho para o concelho ter uma Unidade de Saúde Familiar com este impacto e distinção a nível nacional, pela qualidade dos serviços prestados, pelo que deixou um voto de felicitação a toda a equipa que compõe esta unidade de saúde, na pessoa da sua coordenadora, Dra. Alexandra Rabaçal. -----

----Sobre a intervenção do deputado **Gil Rodrigues**, que do seu ponto de vista deixa transparecer uma certa arrogância, declarou que consegue entender o desassossego gerado na Bancada da Oposição pelo facto de o Executivo liderado pelo Partido Socialista estar a honrar os compromissos assumidos com os Marcoenses, talvez consequência de o PSD ainda não ter aceite a derrota nas últimas eleições autárquicas. Apelando a uma maior serenidade no tom e teor das intervenções, tranquilizou o deputado, afirmando que o Partido Socialista está a trilhar o seu caminho, envidando esforços para cumprir com o seu programa eleitoral, sufragado pela



maioria dos Marcoenses, e para honrar os seus compromissos. -----

----Relativamente à proposta para isenção das taxas de ligação à rede de abastecimento de água e saneamento, indicou que esta será apresentada durante o ano de dois mil e dezanove, e argumentou que só não foi apresentada mais cedo devido à ação interposta pelo Vereador António Dias contra a Câmara Municipal, a qual condicionou a contratação de um grupo de advogados para defender a causa do Município. Salientou o facto de o Tribunal Administrativo e Fiscal de Penafiel ter dado razão à Câmara Municipal de Marco de Canaveses em toda a linha, sendo que o teor da sentença deixa clara a posição do tribunal em relação à sustentação das acusações do Vereador, interpostas com a anuência da Concelhia do PSD, sendo usados adjetivos como “absurdo”, “inusitado” e “incompreensível” para descrever a argumentação utilizada. Não obstante o veredito favorável à Câmara Municipal, certo é que esta ação interposta pelo Vereador, sobre uma matéria que nunca deveria ter suscitado quaisquer dúvidas, resultou num atraso de seis meses nas conversações com a empresa concessionária Águas do Marco, com vista à resolução do litígio entre as partes. Aproveitou para esclarecer que após ter sido conhecida a sentença do tribunal, foram de imediato retomadas as negociações com a empresa concessionária, perspetivando-se que em breve possa ser alcançado um acordo que permita responder afirmativamente aos anseios da população no que diz respeito às ligações à rede de abastecimento de água e saneamento. -----

----Relativamente à questão sobre quem foram os verdadeiros impulsionadores da criação da Unidade de Saúde Familiar, e sem desprimor para o empenho evidenciado à época pela Câmara Municipal de Marco de Canaveses e pelas Juntas de Freguesia, declarou que a prestação de cuidados de saúde primários é um tema que, por ser extremamente sensível e importante, está acima de qualquer discussão política ou partidária. Não deixou de frisar, porém, a propósito da intervenção do deputado **Bruno Caetano**, as responsabilidades do Partido Socialista na criação e valorização do Serviço Nacional de Saúde. -----



---Passando para a intervenção do deputado **Ricardo Soares**, Presidente da Junta de Freguesia de Bem Viver, agradeceu as palavras positivas acerca do trabalho que tem sido realizado em prol da comunidade e população de Bem Viver. Saudou o seu inestimável contributo, derivado de uma postura atenta e proativa para a resolução de alguns problemas que, infelizmente, já se arrastavam há demasiado tempo na freguesia. -----

---Em resposta à intervenção do deputado **Américo Moreira**, e no que concerne à área da educação, revelou não ser verdade que todos os pedidos para transporte de alunos estejam a ser indeferidos pela Câmara Municipal, sendo apenas este o caso quando, do ponto de vista logístico, os autocarros ao serviço da comunidade não se encontram disponíveis, estando já afetos a outras atividades. -----

---Sobre o atraso na obra de eletrificação da Linha do Douro no troço Caíde – Marco, revelou ter sido contactada pelos Presidentes da CP e da Infraestruturas de Portugal, os quais se deslocarão ao Marco de Canaveses para reunir com os autarcas, no dia oito ou doze de março, para discussão da evolução da obra e esclarecimentos formais acerca do seu atraso, que se prende essencialmente com questões de ordem técnica relacionadas com o isolamento das águas no interior do túnel. -----

---Relativamente à intervenção do deputado **Mário Luís**, esclareceu que o estado deteriorado da via até à barragem fica a dever-se às obras de saneamento em curso. -----

---Informou que em parceria com a empresa PH Informática, está a efetuar-se o cadastro de toda a rede viária do Concelho de Marco de Canaveses, pelo que quando estiver em cima da mesa a Freguesia de Alpendorada, Várzea e Torrão, serão tidas em linha de conta todas as propostas da Junta de Freguesia e particulares em relação à postura de trânsito, colocação de sinalética e espelhos. -----

---Agradecendo a intervenção do deputado **Bruno Caetano**, relevou a identificação do quadro da autoria de Paula Rego, denominado “September afternoon”, e que integra o acervo do Museu





Municipal Cármen Miranda, tendo já sido assinado um protocolo com a Casa das Histórias para cedência do mesmo, pelo período de um ano, à Fundação D. Luís I, com sede em Cascais. Deu nota de que o Museu da Casa das Histórias de Paula Rego regista uma média de cento e vinte e cinco mil visitantes por ano, pelo que a exposição deste quadro poderá traduzir-se numa mais valia para a valorização do território de Marco de Canaveses. -----

----Acrescentou, com agrado, que o Museu Paula Rego também tem a pretensão de apresentar este quadro em Londres, após a avaliação do mesmo por peritos e decorrida toda a tramitação conducente à sua integração no catálogo *raisonné*, que lhe conferirá enorme visibilidade, o que certamente deverá orgulhar o Marco de Canaveses e os Marcoenses. -----

----O Vice-presidente **Mário Bruno da Silva Magalhães**, em complemento, e fazendo alusão à intervenção do Presidente da Junta de Freguesia de Vila Boa de Quires e Maureles, referiu que a obra mencionada, em local próximo a um conjunto de empresas, será incluída numa próxima empreitada a ser lançada pela Câmara Municipal, faltando apenas decidir se a pavimentação será feita em cubos ou betuminoso. -----

----Informou que estão desde já a ser desenvolvidos alguns estudos sobre a questão do saneamento na zona de Agrela, indicando que esta tem influência direta na obra já adjudicada para a zona de Canaveses, nomeadamente no Pisão Novo e Caldas de Canaveses. -----

----Relativamente à Rua Padre Joaquim Pereira da Cunha, referenciada pelo Presidente da Junta de Freguesia de Tabuado, fez notar que esta intervenção está inserida numa empreitada adjudicada e já em curso, que contempla a Rua do Sol Posto e Rua das Vinhas (Alpendorada, Várzea e Torrão), Rua de Vila Nova, Rua das Pedreiras e Rua da Quinta (Bem Viver), Rua Francisco Vieira Carneiro (Penhalonga e Paços de Gaiolo), Rua de Ramalhães (Soalhães), Rua da Petada e Rua da Cruz (Freguesia de Várzea, Aliviada e Folhada), Travessa da Boavista e Rua da Cruz (Freguesia do Marco). Justificou a opção tomada, de iniciar esta empreitada na Freguesia de Bem Viver, com o



preocupante passivo ambiental que originava recorrentes reclamações por parte dos munícipes. ----

----Em relação à Rua Eng.º Carneiro Geraldês, mencionada pelo Presidente da Junta de Freguesia de Bem Viver, e comungando o Executivo Camarário das preocupações expostas, indicou que o projeto de arquitetura já se encontra concluído, estando em elaboração o projeto de especialidades, para que, se possível, a obra seja lançada a concurso ainda em dois mil e dezanove. -----

----O Vereador **Paulo Couto**, em complemento, e abordando a questão sobre o Orçamento Participativo Jovem, referiu que a Câmara Municipal, na sua reunião de vinte e oito de janeiro de dois mil e dezanove, aprovou a verba afeta a este projeto, num total de trinta mil euros (30.000€), sendo que cada proposta apresentada não poderá ultrapassar os quinze mil euros (15.000€). Aproveitou para deixar um apelo a uma ampla participação dos jovens, com a apresentação de projetos para o Orçamento Participativo Jovem. -----

----No que diz respeito ao Conselho Municipal de Juventude, o mesmo ainda não foi convocado devido à demora na identificação dos membros que irão integrar este organismo, situação que se prevê que seja ultrapassada até ao mês de maio. Fez notar, porém, que a última reunião do Conselho Municipal de Juventude data de três de dezembro de dois mil e quinze, muito antes de o atual Executivo assumir funções na Câmara Municipal. -----

----O Membro da Assembleia Municipal **Gil Rodrigues** (PPD/PSD), declarou que embora tenha sido acusado de arrogância, mais não fez na sua intervenção do que defender os superiores interesses dos Marcoenses, recordando ao Executivo os compromissos com estes assumidos, e até à data não cumpridos. Lamentou que a única resposta dada a estes factos se traduza em insulto fácil. -----

----A Presidente da Câmara Municipal, **Cristina Lasalete Cardoso Vieira**, em resposta, argumentou que a postura e o tom que se têm tornado recorrentes nas intervenções do deputado **Gil Rodrigues** apenas vêm confirmar o que foi dito anteriormente. Acrescentou, no entanto, que o



deputado não deveria ver esta constatação como um ataque à sua pessoa, mas apenas como um reparo e um apelo para que as suas intervenções na Assembleia Municipal possam ser um pouco mais moderadas. -----

---O Membro da Assembleia Municipal **Joaquim Monteiro da Rocha** (CDS/PP), no uso da palavra, passou a apresentar o seguinte voto de pesar: -----

*---Tendo falecido recentemente, num trágico acidente, o Sr. Eng.º Mouro Pinto, pessoa muito dedicada às causas sociais, e que desempenhava na altura as funções de Vice-Provedor da Santa Casa da Misericórdia do Marco de Canaveses, propomos um voto de pesar pelo seu falecimento, a transmitir à família e à Santa Casa da Misericórdia. -----*

---Marco de Canaveses, 23 de fevereiro de 2019 -----

---Este voto de pesar termina com três assinaturas. -----

---Terminadas as intervenções, o Presidente da Mesa submeteu de imediato à votação o Voto de Louvor apresentado pelo Membro desta Assembleia Municipal **José Fernando Barbosa** (PS), Presidente da Junta de Freguesia de Tabuado, tendo o mesmo sido aprovado por **unanimidade**, com trinta e seis (36) votos a favor, zero (00) votos contra, e zero (00) abstenções. -----

---O Presidente da Mesa submeteu igualmente à votação o Voto de Pesar apresentado pelo Membro desta Assembleia Municipal **Joaquim Monteiro da Rocha** (CDS-PP), tendo o mesmo sido aprovado por **unanimidade**, com trinta e seis (36) votos a favor, zero (00) votos contra, e zero (00) abstenções. -----

---**PONTO DOIS – Período de Intervenção do Público, nos termos dos n.º 1 e 6 do art.º 49.º da Lei n.º 75/2013, de 12/09 e n.º 3 do art.º 18.º e dos art.º 21.º e 27.º do Regimento da Assembleia Municipal.** -----

---O Presidente da Mesa, **Jorge Francisco Vieira**, solicitou inscrições por parte do público, tendo-se inscrito os seguintes munícipes, cujas intervenções são em seguida resumidas: -----



---O Município **Samuel Vieira**, no uso da palavra, e começando por suscitar uma vez mais a situação vivenciada pela Junta de Freguesia de Vila Boa do Bispo, referiu que importa esclarecer publicamente as responsabilidades do anterior Executivo da Junta de Freguesia, liderado pelo PSD, que não lidou adequadamente com o problema, que atualmente se traduz numa pesada herança assumida pelo atual Executivo. -----

---Sublinhando as responsabilidades do Governo do Partido Socialista na criação das Unidades de Saúde Familiar, fez questão de destacar o papel fundamental do Dr. Manuel Pizarro, à época Secretário de Estado da Saúde, na celebração de um protocolo que permitiu a instalação do Centro de Saúde no edifício da Casa do Povo. -----

---Tendo tido conhecimento de que a Câmara Municipal adquiriu recentemente um novo palco, manifestou a sua discordância com o modelo previsto para a cedência deste, apenas uma vez por ano a cada Junta de Freguesia, que deste modo terão de determinar qual o evento em que este palco será utilizado. -----

---Em seguida, questionou se a LIMFA já apresentou a candidatura para o subsídio da Câmara Municipal, e em caso afirmativo, se o Executivo teve a oportunidade de analisar os valores referenciados nas contas desta associação e respeitantes a seguros de saúde, de acordo com a questão suscitada na sessão anterior da Assembleia Municipal. -----

---Por fim, louvou a intervenção que a Câmara Municipal tem tido na área social, e em especial no trabalho realizado na integração de indivíduos na sociedade, que ultrapassa em muito a valia e os benefícios alcançados com a mera distribuição de cabazes de natal. Neste sentido, indagou quantos programas de reinserção foram já executados pela Câmara Municipal no atual mandato e quantas pessoas foram integradas nestes programas, através do Centro de Emprego. -----

---A Munícipe **Bruna Daniela Santos**, apresentando-se como representante da Associação de Pais e Encarregados de Educação da Escola EB1 de Ladário (Constance), agradeceu ao Executivo



Camarário todo o trabalho que tem vindo a ser desenvolvido neste estabelecimento escolar, designadamente a pavimentação do espaço exterior e a colocação de mobiliário novo na cozinha, com reflexo positivo na confeção das refeições escolares, estando também em curso as pinturas interiores e exteriores das instalações e a colocação de azulejos nas paredes do refeitório. -----

----Sabendo-se que o princípio do desenvolvimento começa na educação e na forma como a sociedade cuida das suas crianças, apelou a que a Câmara Municipal continue a ter um olhar atento e interventivo no que diz respeito à melhoria das condições dos estabelecimentos de ensino. Nesse sentido, solicitou à Câmara Municipal a cedência de mão de obra para a pintura do Jardim de Infância de Ladário (Constance). -----

----Por fim, deu nota de que a equipa de sub-13 da Associação Desportiva de Constance se sagrou campeã da Série 9 da Associação de Futebol do Porto. -----

----O Município **Fernando Lucas** solicitou um ponto de situação sobre um problema que suscitou há sensivelmente três anos, relativo a uma esquina na Rua da Seara, indagando se a obra irá efetivamente avançar. -----

----A Munícipe **Anabela Pinto**, no uso da palavra, declarou não serem necessários números ou *rankings* para poder constatar a excelência do serviço prestado na Unidade de Saúde Familiar de Alpendorada. -----

----Em relação aos comentários acerca do Serviço Nacional de Saúde, partilhou a sua experiência pessoal, em que optou por ser operada num hospital público (Centro Hospitalar do Tâmega e Sousa), sendo tratada por todos e desde o primeiro momento com zelo, isenção e ética. -----

----Concluindo a sua intervenção, declarou que como cidadã, condena veementemente a greve cirúrgica dos enfermeiros. -----

----A Presidente da Câmara Municipal, **Cristina Lasalete Cardoso Vieira**, em resposta às intervenções dos munícipes, e começando pela intervenção do munícipe **Samuel Vieira**, uma vez



mais repetiu que a questão respeitante à Junta de Freguesia de Vila Boa do Bispo é do foro jurídico, devendo ser conduzida em local próprio, podendo a Assembleia Municipal ficar tranquila naquilo que é a vertente de se assegurar a manutenção de todos os serviços prestados à população pela Junta de Freguesia, com a colaboração da Câmara Municipal naquilo que são as suas competências funcionais. -----

---Ainda sobre esta matéria, aproveitou para informar que em sede de Reunião de Câmara, foi apresentada uma proposta pelo Vereador Paulo Teixeira. No entanto, havendo algumas dúvidas sobre a legalidade do procedimento sugerido, foi solicitado um parecer formal à Comissão de Coordenação da Região Norte, o qual será posteriormente analisado e discutido em Reunião de Câmara. -----

---Em relação aos equipamentos recentemente adquiridos, explicou que a Câmara Municipal definiu um conjunto de regras e critérios para a utilização e cedência do palco, o qual teve um custo de cerca de trinta mil euros (30.000€) e veio substituir os palcos que anteriormente eram utilizados, que não estavam homologados nem ofereciam as necessárias condições de segurança para os utilizadores, de acordo com o relatório do técnico de higiene e segurança no trabalho da Câmara Municipal, pelo que a Autarquia teria responsabilidades diretas em qualquer incidente que viesse a ocorrer. Indicou que este palco será cedido a cada Junta de Freguesia uma vez por ano, de acordo com os termos do regulamento municipal sobre as formas de apoio às freguesias, além de ser utilizado, naturalmente, em eventos promovidos pela Câmara Municipal. -----

---Além do palco e tenda, a Câmara Municipal também adquiriu um conjunto de equipamentos necessários à execução das suas competências, em especial no espaço territorial das freguesias, nomeadamente um manitou, uma serra de fita, uma orladora, uma cisterna, duas carrinhas de carga, duas viaturas ligeiras e um braço de trator, entre outros equipamentos indispensáveis ao bom funcionamento dos serviços. -----



----Sobre a referência à atribuição de cabazes de natal, informou terem sido rececionados na Câmara Municipal alguns pedidos, remetidos por duas Juntas de Freguesia, os quais foram devidamente encaminhados para o Gabinete de Ação Social, responsável por analisar cada um destes. Tendo sido efetuada uma convocatória individual a cada autor, com atendimento a realizar nas sedes das Juntas de Freguesia, um número relevante de cidadãos nem sequer compareceu. Acrescentou que aos restantes casos está a ser dada uma resposta positiva, não através da atribuição de um cabaz, mas através do Fundo de Emergência Social, consoante a necessidade elencada. -----

----Referiu que o regulamento do Fundo de Emergência Social irá ser alterado para que a Câmara Municipal possa ir ainda mais longe naquilo que são as necessidades e carências sociais dos munícipes, prestando o auxílio necessário, por exemplo, em obras de beneficiação ou adaptação em habitações. -----

----Lembrou ainda que num passado recente, várias famílias estavam a beneficiar indevidamente da atribuição de um cabaz de natal, existindo também famílias que, por falta de articulação adequada entre as instituições, recebiam dois ou três cabazes, razões pelas quais a Câmara Municipal optou por apoiar os cidadãos carenciados através do Fundo de Emergência Social, nas situações de comprovada necessidade. -----

----Passando para a intervenção da munícipe **Bruna Santos**, realçou o papel do Presidente da Junta de Freguesia de Constance e da Associação de Pais, sempre proativos a fazer chegar à Câmara Municipal um conjunto de preocupações em relação aos estabelecimentos escolares, os quais têm vindo a ser intervencionados paulatinamente, visando proporcionar melhores condições aos alunos. Desse ponto de vista, asseverou que o pedido para cedência de mão de obra para a realização de pinturas no Jardim de Infância de Ladário será devidamente avaliado, e caso haja disponibilidade da parte dos colaboradores da Câmara Municipal, a obra será executada. -----



----Em relação à intervenção da munícipe **Anabela Pinto**, associou-se aos considerandos acerca da qualidade do Serviço Nacional de Saúde, muitas vezes reconhecida somente por aqueles que, de um momento para o outro, se veem obrigados a recorrer a este por uma qualquer emergência. Acrescentou que apesar de não ser um sistema perfeito, os hospitais públicos continuam a ter os melhores tratamentos, e os melhores médicos, enfermeiros e colaboradores do Serviço Nacional de Saúde. -----

----O Vice-presidente **Mário Bruno da Silva Magalhães**, em complemento, e respondendo à questão colocada pelo munícipe **Fernando Lucas**, lembrou que o processo de permuta na Rua da Seara iniciou-se a trinta de janeiro de dois mil e dezassete, a pedido da Junta de Freguesia do Marco, na sequência de um abaixo assinado produzido pelos moradores do referido loteamento e encabeçado pelo munícipe Joaquim Pinheiro de Queirós. A permuta mencionada foi deliberada em Reunião de Câmara, no dia dois de setembro de dois mil e dezassete, não tendo sido proposta à Assembleia Municipal por se ter iniciado o período eleitoral. Já na vigência do atual mandato, foi esta proposta apresentada na sessão da Assembleia Municipal de vinte e seis de abril de dois mil e dezoito, tendo sido, porém, retirada da ordem de trabalhos, por se concluir que o processo não estaria adequadamente instruído. Estando atualmente o processo a ser trabalhado, o mesmo ainda não foi novamente apresentado a deliberação da Assembleia Municipal devido à necessidade de efetuar alterações ao loteamento, as quais carecem de um projeto elaborado por uma equipa multidisciplinar, que só poderá ser convenientemente avaliado após a sua instrução. Para tal, a Câmara Municipal terá que recorrer a serviços externos, uma vez que não possui nos seus quadros um arquiteto paisagista. -----

----Face ao exposto, garantiu ao munícipe que o processo está a seguir a sua normal tramitação, sendo expectável que a curto prazo possa ser apresentado em sede de Assembleia Municipal. -----

----O Vereador **Paulo Couto**, complementando a informação prestada pela Presidente da Câmara





Municipal, frisou que a montagem do palco recentemente adquirido requer o trabalho de sete homens durante dois dias, o mesmo podendo-se dizer da desmontagem, o que significa que durante este período vários colaboradores afetos à área da carpintaria, serralharia e afins terão que deixar os seus respetivos trabalhos e projetos em curso, com eventual prejuízo para as Juntas de Freguesia. Sendo certo que a contínua repetição deste serviço conduzirá a uma maior eficiência e rapidez, a Câmara Municipal optou por, neste primeiro ano de adaptação, apenas ceder o palco uma vez a cada uma das Juntas de Freguesia. -----

---Respondendo ao munícipe **Samuel Vieira**, declarou que a candidatura da LIMFA foi entregue, avaliada à luz do regulamento municipal e aprovada em sede de Reunião de Câmara, sendo que as questões relativas a seguros, taxas e exames médicos, conforme referenciado, foram apreciadas em sede própria, na Assembleia Geral da LIMFA, com as contas aprovadas pelos clubes que a integram. -----

---Quando eram dez horas e cinquenta minutos, o Presidente da Mesa **Jorge Francisco Vieira**, anunciou a interrupção dos trabalhos para um intervalo de dez minutos. -----

---Retomando-se os trabalhos às onze horas, o Presidente da Mesa passou de imediato ao **Ponto Três, Ponto Um** da Ordem de Trabalhos. -----

---**PONTO TRÊS – Período da Ordem do Dia.** -----

---**PONTO TRÊS, PONTO UM – Apreciação da informação escrita do Presidente da Câmara Municipal acerca da atividade desta e da situação financeira do Município.** -----

---A Presidente da Câmara Municipal, **Cristina Lasalette Cardoso Vieira**, escusou-se a tecer comentários adicionais sobre a informação escrita previamente distribuída a todos os membros da Assembleia, colocando-se à inteira disposição do plenário para poder responder às questões pertinentes que venham a ser colocadas. -----

---O Membro da Assembleia Municipal **Ana Ferreira** (PS), no uso da palavra, introduziu a sua



intervenção destacando o salto qualitativo dado pelo Município de Marco de Canaveses no que respeita à área do ambiente. Tendo em conta que o sucesso da reciclagem depende da participação da população, influenciada positivamente pela proximidade dos locais de depósito, louvou a colocação de cinquenta e sete novos ecopontos ao longo do território concelhio. De modo a fomentar a adoção de boas práticas por parte da população, incentivou o Executivo a insistir na realização de campanhas de sensibilização, como foi o caso da peça de teatro “O Pai Natal Verde”, que na época natalícia contribuiu para sensibilizar os mais novos para comportamentos ambientais responsáveis. -----

----Apelou igualmente para que se repita em anos futuros a campanha de sensibilização denominada “Cinzas quentes no contentor, não”, essencial para prevenir aquilo que poderá resultar em pequenos focos de incêndio, acrescentando nunca serem demais as iniciativas passíveis de apelar à consciência cívica e ambiental dos munícipes. -----

----Em seguida, saudou o Executivo pela aposta ganha na dinamização da quadra natalícia em dois mil e dezoito, destacando-se o projeto “Natal na Rua”, que entregou quarenta e duas árvores em barras de ferro pelos jardins de infância do concelho, decoradas com materiais reciclados e colocadas em locais públicos nas freguesias, numa dupla vertente de consciencialização ambiental e embelezamento do espaço público. -----

----Além do projeto mencionado, entre os dias oito e vinte e quatro de dezembro, as ruas do Marco encheram-se de música, luz e alegria, com uma iluminação natalícia que se estendeu a uma área mais alargada do centro urbano da cidade, o que juntamente com o concurso de montras de natal, contribuiu para dar mais brilho e vida à cidade e para dinamizar o comércio local. Também a Cidade Natal, que esteve no Mercado Municipal entre os dias três e vinte e quatro de dezembro, teve um papel essencial para potenciar um alargado número de visitantes, salientando-se a Casa do Pai Natal, a pista de gelo e os insufláveis, entre outras atividades direcionadas para o público mais



jovem. -----

----Concluindo a sua intervenção, deixou o pedido para que o Executivo continue a apostar nestas atividades que unem os Marcoenses num ambiente festivo e acolhedor e promovem aquilo que de melhor existe no concelho e na cidade. -----

----O Membro da Assembleia Municipal **Fernando Costa Vieira** (PS) começou a sua intervenção com uma nota acerca da qualidade reconhecida do Serviço Nacional de Saúde, e sendo a questão da saúde de extrema importância e totalmente apartidária, apelou a que cada um dos membros da Assembleia possa fazer o seu melhor na defesa do Serviço Nacional de Saúde, que embora criado por iniciativa de um socialista, serve atualmente todos os portugueses. -----

----Seguidamente, fez referência à conclusão da empreitada que permitiu ligar definitivamente a rede de saneamento na zona de Travassos (Várzea do Douro) à ETAR do Torrão, resolvendo assim um passivo ambiental preocupante, visto serem recorrentes os esgotos correrem a céu aberto, desaguando na estrada nacional, com graves consequências para a higiene e saúde pública. Salientou ter sido o Executivo liderado pelo Partido Socialista o responsável pela execução de uma obra que outros prometeram, mas não souberam cumprir, dando desta forma uma resposta célere e afirmativa aos legítimos anseios da população. -----

----Depois, citou um excerto de uma publicação do Instituto de Mercado Imobiliário e Construção, onde se pode ler que o Marco de Canaveses é hoje um dos pioneiros na comunicação automática de informação sobre os procedimentos de ajustes diretos simplificados. Congratulando-se com esta informação, afirmou que é sempre de saudar quando o Município de Marco de Canaveses está na linha da frente das boas práticas administrativas, designadamente nesta matéria de comunicação automática dos dados da contratação pública para o portal Base.Gov – onde são publicados todos os contratos de entidades públicas – inovação que garante uma maior eficácia, eficiência e total transparência no que diz respeito ao tratamento desta informação. -----



----Fez notar que o facto de a Câmara Municipal de Marco de Canaveses ser apontada como exemplo de boas práticas no concernente aos procedimentos de contratação pública, designadamente nos ajustes diretos simplificados, aparentemente vem contrariar a preocupação expressa pelo Vereador António Dias, em Reunião de Câmara, sobre o alegado número excessivo de procedimentos de ajuste direto celebrados pela Câmara Municipal, sem levar em conta os limites legalmente estabelecidos para o efeito, o que denota uma manifesta falta de preparação e desconhecimento da Lei que não se coadunam com o papel exercido enquanto Vereador. -----

----O Membro da Assembleia Municipal **José Couto**, Presidente da Junta de Freguesia de Penhalonga e Paços de Gaiolo (PS), começou por fazer uma referência positiva ao facto de o jantar de confraternização dos membros da Assembleia Municipal se ter realizado pela primeira vez fora da cidade do Marco, neste caso na Freguesia de Penhalonga e Paços de Gaiolo. -----

----Agradeceu as obras que foram recentemente realizadas na EB1 de Paços de Gaiolo – com a criação de uma nova cozinha e requalificação dos WC's – e pelo mobiliário colocado na EB1 de S. Sebastião, destacando a sensibilidade do Executivo na pronta deteção destas necessidades, aquando de visita realizada a estes estabelecimentos escolares, em contraste com os últimos quatro anos, em que o anterior Executivo se recusou a reconhecer a premência desta intervenção. -----

----Chamou também a atenção para a instalação da plataforma elevatória na Junta de Freguesia de Penhalonga e Paços de Gaiolo, melhorando assim as suas condições de acessibilidade. -----

----Na senda daquilo que tem sido a postura do atual Executivo, manifestou plena confiança de que, em breve, poderá igualmente congratular-se com a concretização de uma obra aguardada desde dois mil e cinco, na área da Igreja. -----

----O Membro da Assembleia Municipal **Fernando Monteiro**, Presidente da Junta de Freguesia de Vila Boa de Quires e Maureles (PPD/PSD), no uso da palavra, fez incidir a sua intervenção na questão da implementação de uma ementa única nos estabelecimentos escolares. Relembrou que



na sequência da diminuição do número de alunos, a Junta de Freguesia de Vila Boa de Quires e Maureles decidiu centralizar a confeção de refeições escolares num único jardim de infância, por forma a minimizar os constrangimentos que se verificavam ao nível do controlo de custos e da disparidade ao nível das refeições servidas. -----

----Neste sentido, agradeceu a colaboração da Câmara Municipal de Marco de Canaveses na criação e implementação, já no mês de janeiro, da referida ementa única nos estabelecimentos escolares da Freguesia de Vila Boa de Quires e Maureles, com o auxílio da nutricionista ao serviço do Centro de Saúde. Embora nem sempre seja fácil a implementação e a adaptação a estas iniciativas, agradeceu o empenho e a dedicação das colaboradoras da área da cozinha, que desde o primeiro momento apoiaram este projeto, que visa sobretudo uma melhor educação alimentar junto das crianças. -----

----Informou que a Junta de Freguesia de Vila Boa de Quires e Maureles estabeleceu uma vez mais um protocolo com a Medicina na Periferia, que no próximo mês de março irá realizar rastreios de saúde junto da população da freguesia, sendo que neste ano foram também desafiados a palestrar nas escolas e jardins de infância sobre as ementas únicas e saúde alimentar. -----

----Falando ainda sobre os estabelecimentos escolares, frisou a necessidade de esclarecer de uma vez por todas as fronteiras entre aquilo que são as responsabilidades da Câmara Municipal e da Junta de Freguesia no que respeita à sua manutenção, apontando como exemplo a avaria de uma bomba da caldeira na Escola da Igreja, cuja substituição, de acordo com os técnicos, será da competência da Junta de Freguesia. -----

----O Membro da Assembleia Municipal **Celso Santana**, Presidente da Junta de Freguesia do Marco (PS), fez referência a algumas obras importantes concretizadas na sua freguesia, como a intervenção na Rua de Maria Gil e Rua António Moreira, para melhorar a acessibilidade à zona industrial, fomentando assim a atração e fixação de novas empresas naquele que é um dos motores



da economia local; intervenções diversas na Rua José Maria de Sousa Guedes, Rua da Bouça Grande, Travessa da Ribeira de Além, Rua de Prados, Rua do Cabo, Rua de Vila Nova, Travessa do Moinho, Rua de Vale de Murilo, Rua da Povoação, Rua Brigadeiro Nunes da Ponte, Rua Arlindo Gonçalves Soares e Largo da Feira do Marco, entre outras. -----

----Agradeceu de igual forma as diligências tomadas junto da Rota do Românico, que após anos de avanços e recuos tornaram possível a conclusão da tão almejada remodelação da Capela de S. Lázaro (S. Nicolau). -----

----Fez ainda referência ao início das obras do Centro Cultural, no antigo Quartel dos Bombeiros Voluntários, e ao lançamento de concurso para intervenção na Rua Gago Coutinho e Adelino Amaro da Costa, estando para breve uma intervenção também na Rua Dr. Carlos Mota Pinto. -----

----No âmbito do PARU, foi recentemente apresentado um projeto para o funcionamento, apresentação e remodelação do novo Museu Cármen Miranda, espaço dedicado à artista Marcoense mundialmente famosa. -----

----Louvou o trabalho efetuado pelos Serviços Municipais de Proteção Civil, com a implementação da gestão de espaços florestais e a promoção de ações em articulação com os Bombeiros Voluntários de Marco de Canaveses, GIPS, SEPNA, GNR e Presidentes das Juntas de Freguesia, no sentido de sensibilizar as populações a adotar métodos de prevenção, designadamente procedendo à limpeza de terrenos no prazo previsto. -----

----Como última nota, salientou a importância das visitas efetuadas recentemente por elementos do Governo da República ao Concelho de Marco de Canaveses, sinal de que o trabalho realizado é reconhecido a nível nacional, acrescentando ser a descentralização um passo importante para que este reconhecimento seja ainda mais alargado. -----

----O Membro da Assembleia Municipal **Mário Luís Monteiro** (CDS-PP), introduziu a sua intervenção agradecendo a resposta positiva dada a um apelo por si deixado em Assembleia



Municipal, no sentido do restabelecimento do torneio de professores e funcionários das escolas do concelho, com a novidade da participação da EPAMAC no mesmo, o que se saúda. Esclareceu ser um acérrimo defensor desta iniciativa, não só por ter estado na sua génese, mas pela sua importância na promoção do convívio e intercâmbio entre os agentes educativos, do bom ambiente escolar e da própria imagem do Concelho de Marco de Canaveses, sendo esta uma atividade reconhecida e divulgada fora de portas. -----

----Seguidamente, apelou a uma maior ponderação por parte do Executivo Camarário quando estiver em causa o eventual abate de árvores, e transmitiu a preocupação expressa pelos munícipes relativamente às árvores situadas junto ao Cemitério de Alpendorada, que alegadamente serão abatidas pelo facto de as suas raízes levantarem o piso. -----

----Sensibilizou também o Executivo para as dificuldades com que se vem debatendo a Escola da Pedra, em vista da diminuição progressiva do número de alunos. Sendo esta a principal indústria do concelho, apelou a que a Câmara Municipal de Marco de Canaveses, a Junta de Freguesia de Alpendorada, Várzea e Torrão, a Confraria do Granito e a comunidade escolar possam articular esforços para manter vivo o Centro de Estudo da Pedra. -----

----O Membro da Assembleia Municipal **Marta Regadas de Sousa** (PS), enquanto comissária da Comissão de Proteção de Crianças e Jovens do Marco de Canaveses – instituição oficial, não judiciária, que intervém com vista a promover os direitos e garantir a proteção das crianças e jovens em perigo, prevenindo ou pondo termo a situações que possam afetar a sua segurança, saúde, formação, educação ou desenvolvimento integral – informou que em termos processuais, em dois mil e dezoito a CPCJ acompanhou duzentas e oitenta crianças e jovens, dos quais cento e cinquenta e nove são processos transitados de dois mil e dezassete, setenta e três processos instaurados e quarenta e oito reabertos. Destes duzentas e oitenta processos, encontravam-se ativos, a trinta e um de dezembro de dois mil e dezoito, apenas cento e oito, os quais transitaram



para o ano de dois mil e dezanove, tendo sido encerrados ou arquivados cento e setenta e dois processos. De salientar que a faixa etária com maior prevalência de casos foi compreendida entre os onze e os dezassete anos, e que entre as situações mais sinalizadas predominam a violência doméstica, a negligência e a exposição a comportamentos que possam comprometer o bem-estar e desenvolvimento das crianças e jovens. As entidades que mais casos têm vindo a sinalizar são as autoridades policiais e os estabelecimentos de ensino. -----

----No que diz respeito às atividades desenvolvidas por esta comissão, destacou a iniciativa no âmbito da comemoração do vigésimo nono aniversário da assinatura da Convenção dos Direitos da Criança, no dia vinte de novembro de dois mil e dezoito, com a colaboração da Câmara Municipal, e que contou com a presença de cerca de duzentas e oitenta crianças da EB1 do Marco, que foram recebidas nos Paços do Concelho pela Presidente da Câmara Municipal e que participaram numa simbólica largada de balões, seguida de uma caminhada pelas ruas da cidade, onde puderam observar uma exposição de trabalhos realizados por crianças de todas as escolas do concelho, pretendendo-se com esta iniciativa aumentar a consciência pública acerca da Convenção sobre os Direitos da Criança, para que em especial as crianças e jovens possam estar cada vez mais cientes dos seus direitos. -----

----Referiu que desde o dia quatro de janeiro de dois mil e dezanove, com a publicação do Despacho n.º 176/2019, o Concelho de Marco de Canaveses tornou-se um dos beneficiários da quarta geração do Programa de Contrato Local de Desenvolvimento Social, um importante instrumento de intervenção social nas áreas do desemprego, da pobreza, do envelhecimento e da exclusão social. O montante de financiamento deste programa ronda os quatrocentos e noventa mil euros (490.000€), incidindo sobre dois eixos estratégicos: emprego, formação e qualificação, e intervenção familiar e parental preventiva da pobreza. O CLDS terá a duração de trinta e seis meses, e à semelhança das gerações anteriores, terá a Fundação Santo António como entidade





coordenadora local. -----

----Por fim, destacou a aprovação, em sede de Reunião Pública de Câmara, da nomeação da Dra. Judite Freitas como coordenadora técnica deste projeto, relevando-se a sua notória experiência, aptidão e competência técnica. -----

----O Membro da Assembleia Municipal **Maria Luísa Madureira** (PPD/PSD), fez referência à parte da informação escrita em que é mencionada a distribuição de *kits* de música por todas as escolas e jardins de infância do concelho. Uma vez que, aparentemente, esta informação não corresponderá à verdade, questionou a quem é que efetivamente foram entregues esses *kits*, e quais os critérios aplicados na sua distribuição pelos estabelecimentos escolares escolhidos. -----

----Relativamente à exibição da peça de teatro “O Natal Verde”, questionou igualmente quais os critérios utilizados para a escolha das escolas e jardins de infância cujos alunos tiveram a oportunidade de assistir, sublinhando que em nenhuma das duas sessões esteve presente qualquer criança das escolas de Alpendorada. -----

----Por fim, aludindo à menção à formação dos colaboradores das cantinas nas Freguesias de Vila Boa de Quires e Maureles e Vila Boa do Bispo, indagou se eventualmente esta ação formativa sobre a manipulação dos alimentos se irá estender aos colaboradores noutras áreas do concelho. ---

----O Membro da Assembleia Municipal **Gil Rodrigues** (PPD/PSD), no uso da palavra, contrastou as intervenções dos Presidentes de Junta no mandato anterior – em que embora reconhecidos pela obra feita, não deixavam de reivindicar por aquela que ainda faltava realizar, em defesa dos interesses das suas populações – com a realidade atual, em que os Presidentes de Junta se expressam como se toda a obra necessária estivesse concluída, havendo até quem afirme que foi feita mais obra em apenas um ano do que nos quatro anos do anterior mandato, algo em que, sublinhou, apenas um Marcoense mais distraído poderia acreditar. -----

----Não obstante, manifestou a sua compreensão com a postura adotada pelos Presidentes de Junta



naquilo que aparenta ser uma certa bajulação ao Executivo da Câmara Municipal, uma vez que com o fim dos contratos interadministrativos, e com as competências centralizadas no Município, nada mais resta aos Presidentes de Junta do que prestar a devida vassalagem, para que possam ser contemplados nas obras de proximidade levadas a cabo pela Câmara Municipal. -----

---Por outro lado, lamentou que quando se elencam as obras realizadas ou em curso, não se especifique quantas e quais destas já estavam contempladas, orçamentadas ou até em execução, transitadas do anterior Executivo, salientando que a dificuldade não está na execução das mesmas, mas sim no seu pagamento, que se torna bem mais fácil quando as verbas já se encontravam devidamente cabimentadas para o efeito. -----

---O Membro da Assembleia Municipal **Luís Vales** (PPD/PSD), no uso da palavra, começou por externar a sua satisfação pelo facto descrito na informação escrita, de que as obras do Plano de Regeneração Urbana irão avançar, destacando a importância deste plano para o concelho, bem como a opção do Executivo Socialista de acolher este projeto lançado e cabimentado pelo anterior Executivo. Expressou o seu anseio de que o atual Executivo saiba potenciar e aproveitar o emblemático Museu Municipal Cármen Miranda, constante deste Plano de Regeneração Urbana, como instrumento para a dinamização da atividade turística no Concelho de Marco de Canaveses, pelo que deixou o repto para que assim que as obras estejam concluídas, o Executivo diligencie junto dos vários operadores turísticos, dentro e fora do concelho, para que este se torne um ponto central de referência cultural e um museu de excelência na região. -----

---Relativamente à visita de altas figuras da nação ao Concelho de Marco de Canaveses, de registar que o Primeiro Ministro, Dr. António Costa, fez um dos seus habituais anúncios em período pré-eleitoral, relativo a um concurso para aquisição de material circulante que nem sequer circulará no Marco de Canaveses; já o Ministro das Infraestruturas, Dr. Pedro Marques, nada referiu acerca dos motivos para a suspensão da obra do IC35, ou sobre a conclusão da variante da



A211, estrutural para as populações de Paredes de Viadores, Paços de Gaiolo e Juncal. -----

----Face ao exposto, questionou se resultou em algum benefício concreto para os Marcoenses a visita destas destacadas figuras nacionais, e se eventualmente surtiu efeito o apelo ao Primeiro Ministro a favor da construção do IC35. Perguntou ainda quais as diligências que o Executivo tem efetuado para garantir a conclusão da variante da A211, anteriormente mencionada. -----

----Na sequência da presença do Ministro da Agricultura, Dr. Capoulas Santos, numa sessão de apresentação de uma campanha nacional de combate à vespa velutina, reconheceu publicamente o extraordinário trabalho que tem sido feito pelo Gabinete Municipal de Proteção Civil nesta área, em articulação com os Bombeiros Voluntários, GNR e demais entidades e forças vivas do concelho. No entanto, não deixou de questionar se a Presidente da Câmara Municipal aproveitou a presença do Ministro para lhe fazer chegar as reivindicações dos agricultores Marcoenses, no que diz respeito ao completo bloqueio que têm sentido nas candidaturas ao PDR 2020. -----

----Lembrando que a Câmara Municipal de Marco de Canaveses propôs terminar a delegação de competências de obras nas Juntas de Freguesia, invocando razões que se prendiam com a desoneração das Juntas de Freguesia em matéria de procedimentos burocráticos, declarou que embora sejam as Juntas de Freguesia a indicar as obras que gostariam de ver executadas, a Câmara Municipal enumera as intervenções como se todas estas fossem de iniciativa municipal, esvaziando por completo o papel dos Presidentes de Junta. Neste sentido, o Grupo Municipal do PSD solicitou que em informações futuras sejam claramente distinguidas quais as obras propostas pelas Juntas de Freguesia, informação essencial para que os munícipes possam avaliar imparcialmente as decisões e opções tomadas pelos órgãos eleitos para governar os destinos de cada freguesia. -----

----Tendo ficado particularmente agradado com a utilização do espaço do Mercado Municipal para a promoção de um evento de natal, não deixou de expressar a sua preocupação quanto ao futuro



destas instalações. No ímpeto de não deixar que este espaço defínhe completamente, apelou a que o Executivo possa seguir o bom exemplo das Câmaras Municipais de Matosinhos, Póvoa de Varzim ou Albergaria-a-Velha, que fizeram uma forte aposta na dinamização dos respetivos mercados municipais, os quais, após revitalizados, se tornaram um ponto central e atrativo destes polos urbanos. Lembrou que os mercados são por natureza espaços de convívio que potenciam a economia local e são dinamizadores de outras riquezas, como o turismo ou a empregabilidade dos jovens agricultores. -----

----Fazendo referência à intervenção do deputado **Fernando Costa Vieira**, que falou sobre a solução dada pelo Executivo do Partido Socialista ao problema de saneamento e saúde pública na zona do Torrão e de Várzea do Douro, indicou que talvez o deputado possa estar mal informado, uma vez que foi da responsabilidade do anterior Executivo liderado pelo PSD a construção da ETAR do Torrão, o projeto da rede de saneamento e a cabimentação das verbas necessárias para a execução destas intervenções. -----

----Na conclusão da sua intervenção, manifestou a sua satisfação pelo facto de terem sido incluídos na informação escrita os dados referentes a reclamações, recursos hierárquicos e processos judiciais em curso, conforme solicitação efetuada na anterior sessão da Assembleia Municipal. ----

----O Membro da Assembleia Municipal **Ricardo Soares**, Presidente da Junta de Freguesia de Bem Viver (PS), em resposta à intervenção de deputado **Gil Rodrigues**, e tendo sido um dos Presidentes de Junta que efetivamente veio reconhecer publicamente as obras que o atual Executivo Camarário tem vindo a realizar, declarou que, ao contrário do que foi argumentado, não só fez questão de elencar mais algumas obras necessárias na sua freguesia, como são notórias as diferenças entre o atual e o anterior Executivo no que respeita à priorização e execução das obras de proximidade nas diversas freguesias, que levam a concluir que, em determinadas vertentes ou freguesias, provavelmente foi feito mais neste último ano do que nos quatro anos anteriores.



Aproveitou para deixar o convite para que os eleitos do PSD se possam deslocar aos locais ou falar com as pessoas, para que possam constatar no terreno esta mesma diferença. -----

----Por outro lado, volvidos que estão cerca de dezasseis meses de vigência do atual mandato, indicou que se torna cada vez mais inusitado continuar a argumentar a favor das responsabilidades do anterior Executivo nas obras que vão sendo realizadas. -----

----Em seguida, passou a realçar alguns dos números apresentados na informação escrita, nomeadamente no que diz respeito aos Espaços de Cidadão e Gabinete de Apoio ao Emigrante. De acordo com os indicadores semestrais, foram registados quase seis mil atendimentos, sendo que mais de metade foram realizados pelo Espaço de Cidadão localizado no centro da cidade e pelo Espaço de Cidadão da Freguesia de Bem Viver – sendo que neste último caso se verificou um aumento de cerca de sessenta por cento (60%) no número de atendimentos. Registando com agrado esta intensa procura a serviços descentralizados, felicitou o Executivo Camarário não só pela intenção de alargamento da rede de Espaços de Cidadão no concelho, como pela possibilidade de alargar o conjunto de serviços disponibilizados nestes balcões, como pedido de licenças, pagamento de taxas, transportes escolares, férias desportivas, resíduos sólidos, entre outros. Declarou ser uma decisão acertada pugnar pela aproximação dos órgãos autárquicos à população, assinalando que nesta matéria a Junta de Freguesia de Bem Viver se tem mostrado plenamente competente e estrategicamente importante para esta descentralização de serviços. -----

----No que respeita ao Gabinete de Apoio ao Emigrante, este tem vindo a ganhar crescente notoriedade, contabilizando já mais de duas centenas de atendimentos e várias dezenas de novos utentes desde o início de dois mil e dezanove, números que atestam a validade e importância deste serviço, que proporciona aos emigrantes uma parceria estratégica no tratamento de assuntos burocráticos. -----

----Declarando, em conclusão, que uma descentralização bem conseguida é vantajosa para toda a



comunidade, expressou a disponibilidade de todas as Juntas de Freguesia, enquanto órgão mais próximo da população, em continuar a colaborar com este processo, de modo a torná-lo cada vez mais eficiente. -----

---O Membro da Assembleia Municipal **Bruno Caetano** (PS), introduzindo a sua abordagem à informação escrita apresentada, realçou que o Marco de Canaveses recebeu recentemente a visita de várias figuras importantes, conforme já mencionado anteriormente, o que comprova que o Marco de Canaveses é uma referência nacional que tem merecido a particular atenção do Governo, como reconhecimento do trabalho efetuado pelo Executivo Camarário, que de acordo com as declarações produzidas, constitui um magnífico exemplo de boa gestão autárquica em Portugal. ---

---Destacando a visita do Ministro da Agricultura, assinalou a apresentação da campanha para combate à vespa velutina, com um orçamento estimado em cerca de um milhão de euros (1.000.000€). Aproveitou para enaltecer o trabalho que o Executivo já tem apresentado nesta matéria, apontando como um exemplo a nível regional e nacional. -----

---Relativamente à visita do Primeiro Ministro, Dr. António Costa, e do Ministro do Planeamento e Infraestruturas, Dr. Pedro Marques, para lançamento do concurso internacional para aquisição de material circulante (vinte e dois comboios), classificou-a como um momento histórico para o Marco de Canaveses, cuja importância apenas o PSD do Marco se recusa a reconhecer. -----

---No âmbito desta mesma visita, congratulou-se com a intervenção realizada pela Presidente da Câmara Municipal, na qual fez questão de colocar o IC35 ao nível da ferrovia em termos de importância estruturante para o desenvolvimento do Concelho de Marco de Canaveses. -----

---Respondendo ao deputado **Luís Vales**, lembrou que tendo sido interpelado sobre o assunto, o Ministro do Planeamento e Infraestruturas garantiu que a construção da variante que ligará Soalhães a Mesquinhata irá avançar logo que esteja concluído o estudo de impacto ambiental. -----

---Sobre a efetiva mais valia para os Marcoenses da presença destas figuras predominantes da



nação, fez notar que, estas não se deslocaram ao Marco de Canaveses para anunciar cortes nos vencimentos, nas pensões ou apoios sociais, nem sugerir à população a emigração como solução para uma vida melhor, mas para anunciar medidas em curso que tornarão Portugal um país mais moderno, dinâmico e inclusivo. -----

----Felicitou o Executivo pelo contrato que estará a ser ultimado, para o fornecimento de água, recolha e tratamento de efluentes em parte da Freguesia de Santo Isidoro e Livração, Várzea, Aliviada e Folhada e Constance, a celebrar com a Águas do Norte e Águas do Marco. -----

----Como nota final, e dirigindo-se ao deputado **Américo Moreira**, ressaltou que o Orçamento Participativo Jovem, conforme proposto pela Juventude Socialista, apenas foi aprovado em sede de Assembleia Municipal devido à ausência temporária da respetiva sessão de três elementos da Bancada do PSD, que votou contra a referida proposta, agora tão aclamada. -----

----A Presidente da Câmara Municipal, **Cristina Lasalete Cardoso Vieira**, em resposta às intervenções dos membros da Assembleia, e começando pela intervenção da deputada **Ana Ferreira**, agradeceu as palavras elogiosas em relação às questões ambientais, colocação de novos ecopontos e atividades de natal desenvolvidas pela Câmara Municipal de Marco de Canaveses, as quais foram muito bem recebidas e participadas pela comunidade, e sobretudo pelas crianças. Anuiu à solicitação pela contínua aposta na dinamização da cidade na época natalícia, sendo expetativa do Executivo melhorar ainda mais algumas das atividades desenvolvidas, em articulação com a Associação Empresarial do Marco, corrigindo um ou outro erro que possa ter sido cometido, mediante a cabal avaliação das mesmas. Antecipou que para o ano de dois mil e dezanove, a Câmara Municipal tentará alargar a extensão da iluminação de natal na cidade. -----

----Passando para a intervenção do deputado **Fernando Costa Vieira**, que referenciou a Câmara Municipal de Marco de Canaveses como exemplar na informação prestada acerca de procedimentos de ajustes diretos, e a propósito da questão suscitada pelo Vereador António Dias



em Reunião de Câmara, aproveitou para clarificar que a Câmara Municipal apenas utiliza a figura procedimental do ajuste direto quando o teto financeiro da obra ou serviço assim o permite. -----

----Em relação ao tema central do rigor e transparência na gestão dos dinheiros públicos, fez notar que nunca antes os contratos de delegação de competências celebrados pela Câmara Municipal, ou os contratos de prestação de serviços de transportes escolares em carreiras públicas haviam sido sujeitos ao visto do Tribunal de Contas, como acontece atualmente, confirmando este órgão a sua total legalidade. Mais aditou que a aquisição de gás, combustíveis, seguros, e outras aquisições de natureza permanente, que representam milhares de euros no Orçamento Municipal, não estavam sujeitas a qualquer procedimento contratual que suportasse as respetivas despesas, sendo estas pagas fatura a fatura, com grande prejuízo para a Câmara Municipal, situação também regularizada pelo atual Executivo. -----

----Face aos exemplos apresentados, expressou a sua convicção de que em relação a rigor e transparência, a Câmara Municipal está agora a trilhar o caminho certo, com decisões tomadas que muito orgulham o Executivo e deverão orgulhar a todos os Marcoenses. -----

----Respondendo ao deputado **José Couto**, Presidente da Junta de Freguesia de Penhalonga e Paços de Gaiolo, declarou que desde o primeiro momento o Executivo colocou como objetivo melhorar as condições dos estabelecimentos escolares no concelho, cuja prossecução tem contado com o apoio inestimável das Juntas de Freguesia e das associações de pais, o qual agradeceu. -----

----Sobre a intervenção do deputado **Fernando Monteiro**, Presidente da Junta de Freguesia de Vila Boa de Quires e Maureles, informou que a questão das ementas escolares está a ser trabalhada com os Agrupamentos de Escolas, com o auxílio de uma nutricionista, no âmbito de um projeto inserido na área da saúde. Tendo sido já implementada a ementa única nos estabelecimentos escolares das Freguesias de Vila Boa de Quires e Maureles e Vila Boa do Bispo, pretende-se agora alargar esta iniciativa às restantes freguesias. -----





----Ainda sobre este tema, reportou que estão a ser aplicados questionários aos manipuladores de alimentos em serviços de alimentação nos quarenta e oito estabelecimentos de ensino do Concelho de Marco de Canaveses, tendo sido rececionados um total de cento e treze questionários, que se encontram em fase de análise, de modo a proceder a uma melhor caracterização dos colaboradores e uma informação mais aprofundada acerca dos seus conhecimentos em matéria de higiene e segurança alimentar. Foram também realizadas até ao momento catorze auditorias às cantinas e refeitórios escolares, que tiveram início no dia vinte e três de janeiro. -----

----Relativamente à questão colocada sobre a Escola da Igreja, e de acordo com a informação técnica, tratando-se de uma intervenção de manutenção da caldeira – embora exigindo a substituição de uma peça – será da responsabilidade da Junta de Freguesia. No entanto, comprometeu-se a validar esta informação após análise mais detalhada da informação dos serviços. -----

----Passando para a intervenção do deputado **Celso Santana**, Presidente da Junta de Freguesia do Marco, agradeceu a referência às diversas obras que estão a ser executadas na sua freguesia, aproveitando o momento para reconhecer o mérito e postura do Presidente da Junta de Freguesia, na proatividade demonstrada na articulação e parceria com a Câmara Municipal, com o intuito de dar resposta às necessidades dos munícipes. Acrescentou, por isso, que estas obras de proximidade refletem não só o empenho do Executivo Municipal, mas também o empenho da Junta de Freguesia do Marco, que se mantém particularmente atenta à realidade local. -----

----Respondendo ao deputado **Mário Luís**, congratulou-se com o facto de o torneio de professores e funcionários de alguma forma contribuir para uma boa imagem do Concelho de Marco de Canaveses, além de promover uma maior união e convívio entre a comunidade educativa. -----

----Relativamente às árvores situadas junto ao Cemitério de Alpendorada, explicou que após a peritagem que é usualmente efetuada por técnicos especializados da Universidade de Trás-os-



Montes e Alto Douro, foi identificado um conjunto de árvores cujo estado sanitário e risco de queda exigem o seu abate, da responsabilidade da Câmara Municipal, pelo que se comprometeu a verificar se as árvores mencionadas foram desta forma identificadas. -----

---Informou que está a ser elaborado o projeto para intervenção na Avenida da Saudade, relativamente ao estacionamento e pavimento, tendo sido esta uma das primeiras questões suscitadas pelo Presidente da Junta de Freguesia de Alpendorada, Várzea e Torrão ao atual Executivo Camarário. -----

---Agradeceu o relatório produzido e explanado pela deputada **Marta Regadas**, enquanto comissária da Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Marco de Canaveses, naquilo que diz respeito à atividade e ao trabalho desenvolvido por esta comissão. Declarou ser de extrema importância a reflexão sobre alguns dos números que foram assinalados, sendo que o relatório da Comissão de Proteção de Crianças e Jovens foi já avaliado em sede da rede social, destacando-se como manifestamente positiva a redução do número de casos em aberto em cerca de trinta e dois por cento (32%). -----

---Em resposta à deputada **Maria Luísa Madureira**, explicou que a atribuição dos *kits* de música foi integrada no Programa PIICIE, cofinanciado pela Comunidade Intermunicipal do Tâmega e Sousa, mediante um contrato escrito entre a CIM, a Câmara Municipal de Marco de Canaveses e os Agrupamentos Escolares, que desde o primeiro momento foram envolvidos neste projeto, razão pela qual se estranha a questão colocada sobre o mesmo. No âmbito deste projeto de combate ao insucesso escolar, a Câmara Municipal dispõe atualmente de uma equipa multidisciplinar composta por mais sete técnicos que laboram na área da educação – terapeutas da fala, assistentes sociais e psicólogos – a qual está a trabalhar diretamente com os Agrupamentos de Escolas. -----

---Sobre a questão concreta colocada, esclareceu que os *kits* de música foram entregues em todos os Agrupamentos Escolares, escolas e jardins de infância do concelho, sendo esta entrega



programada junto dos Diretores dos Agrupamentos. -----

----Quanto à exibição da peça de teatro “Natal Verde”, cujas duas sessões foram financiadas pela empresa FCC, explicou que atendendo à capacidade da sala, tiveram que ser tomadas opções, em articulação com os Agrupamentos de Escolas, sobrepondo-se um critério segundo o qual se privilegia as crianças com maior dificuldade para aceder a espetáculos de natal similares, ou crianças de famílias mais carenciadas. Acrescentou que a questão logística também teve o seu peso nas opções tomadas, tendo a Câmara Municipal assegurado o transporte de todas as crianças, pelo que se torna necessário que a escolha recaia sobre escolas mais próximas do local do espetáculo, e neste caso do centro da cidade do Marco. -----

----Relativamente à ação formativa para os colaboradores na área da alimentação e manipulação de alimentos, reiterou que esta já foi levada a cabo nas Freguesias de Vila Boa de Quires e Maureles e Vila Boa do Bispo, sendo este um projeto, porém, que irá ser alargado a todo o concelho, com um plano de formação para todos os colaboradores que exercem funções nas cozinhas e refeitórios dos estabelecimentos escolares. -----

----Sobre as reflexões partilhadas pelo deputado **Gil Rodrigues**, declarou que estas não poderão nunca ocultar a realidade do trabalho que tem sido realizado pelo Executivo Camarário e amplamente reconhecido pelos Presidentes das Juntas de Freguesia. Sobre a eventualidade de estes terem que prestar vassalagem à Câmara Municipal, afirmou que se essa era prática usual no passado, hoje não o será certamente. -----

----A este propósito, abordou a questão da revista municipal produzida para dar a conhecer aos munícipes o trabalho realizado pela Câmara Municipal, publicação esta que foi alvo de um comunicado por parte do Partido Social Democrata, aparentemente muito incomodado com o valor despendido. Fez notar que nesta revista são claramente apresentadas e discriminadas quais as obras realizadas pela Câmara Municipal por solicitação das diversas Juntas de Freguesia, sendo esta



informação prestada com toda a clareza e transparência. -----

----Sobre o investimento efetuado nesta publicação, na ordem dos vinte mil euros (20.000€), salientou que embora o Executivo reconheça a utilidade das redes sociais para divulgação de informação útil, está igualmente ciente que essas ferramentas não são utilizadas por todos os municípios, os quais têm o direito à informação sobre o trabalho efetuado pela Câmara Municipal e divulgação de eventos e atividades. -----

----Quanto à abordagem do PSD relativamente a esta publicação, indicou que não é muito distante daquilo que tem sido a postura do Partido a nível nacional, ao criticar sem fundamento o simples facto de o Executivo estar a cumprir com uma das suas obrigações mais elementares, como sendo a de prestar informação aos municípios com rigor e transparência. -----

----Mais acrescentou que o valor despendido nesta publicação é ainda assim menor àquele que foi outrora despendido pelo Executivo liderado pelo PSD, que gastou cerca de vinte e três mil, quinhentos e onze euros (23.511€) numa revista que remonta ao ano de dois mil e nove. Procedendo à exibição de algumas destas publicações editadas pelo anterior Executivo, chamou a atenção para a revista de abril de dois mil e nove – ano de eleições – em que o título da mesma, “Três anos de mudança tranquila”, se associava ao *slogan* da campanha eleitoral do PSD. -----

----Passando para as questões colocadas pelo deputado **Luís Vales**, clarificou que o Primeiro Ministro, Dr. António Costa, não se deslocou ao Marco de Canaveses para fazer qualquer anúncio, uma vez que o concurso mencionado para aquisição de material circulante já havia sido lançado nesse mesmo dia. Ademais, reportando-se à intervenção do deputado **Bruno Caetano**, afirmou que qualquer representante do Governo será sempre muito bem recebido no Marco de Canaveses, e reiterou ser desde logo um manifesto benefício para a população o facto de estes representantes não virem anunciar cortes de salários na função pública, cortes no complemento solidário para idosos ou nas reformas, ou no transporte de doentes, ou um aumento no horário laboral, estando ao



invés disso o atual Governo Socialista a trabalhar para reverter essas políticas negativas e prejudiciais introduzidas pelo anterior Governo liderado pelo PSD/CDS-PP. -----

----Em relação à visita do Ministro da Agricultura, Dr. Capoulas Santos, indicou que este teve o cuidado de informar os agricultores e os produtores de gado sobre os apoios disponibilizados pelo Governo nestas áreas, sendo os atrasos na execução do Programa de Desenvolvimento Rural aqueles que são normalmente comuns aos programas de fundos comunitários, relativamente à conjuntura nacional e à forma como estes são implementados. -----

----Acrescentou que no âmbito da Dolmen, têm sido elaborados alguns projetos para apoio comunitário aos pequenos empresários e produtores agrícolas, sendo que todas as candidaturas apresentadas têm recebido uma avaliação positiva, permitindo-lhes continuar a desenvolver a sua atividade profissional com o apoio de fundos comunitários. -----

----Quanto ao Mercado Municipal, os serviços estão a trabalhar no levantamento das lojas existentes e identificação dos respetivos proprietários, numa perspetiva de se poder conferir a este espaço a dignidade, utilidade funcional e dinamismo que merece, sendo que as atividades relativas à quadra natalícia que foram instaladas no mercado ajudaram a ter uma visão mais positiva e otimista sobre o potencial deste espaço. Tendo sido apresentada uma proposta por parte da Sonae para ocupação parcial da área do mercado, indicou que esta e outras propostas do género merecerão a devida atenção do Executivo Camarário, que se encontra totalmente disponível para avaliar estas oportunidades. -----

----Não sendo totalmente adequada ou justa a comparação direta entre o Mercado Municipal de Marco de Canaveses e os mercados existentes noutros concelhos, manifestou total confiança de que com a colaboração dos Marcoenses, naquilo que possam ser as suas ideias e sugestões, será possível requalificar e revitalizar o Mercado Municipal. -----

----Por fim, agradeceu as restantes notas efetuadas pelos deputados **Ricardo Soares** e **Bruno**



**Caetano.** -----

----O Vice-presidente **Mário Bruno da Silva Magalhães**, em complemento, e respondendo à questão relativa ao contrato de empreitada da rede de abastecimento de água e redes de drenagem de águas residuais de Alpendorada, Várzea e Torrão, indicou que esta empreitada terá um custo de seiscentos e noventa e oito mil, novecentos e noventa e cinco euros (698.995€), acrescidos de IVA, tendo o contrato sido assinado pela Presidente da Câmara Municipal no dia vinte e um de março de dois mil e dezoito, e visado pelo Tribunal de Contas a quinze de outubro do mesmo ano, estando atualmente em curso e a decorrer dentro da normalidade, não obstante alguns naturais constrangimentos causados pela obra. Reforçou que esta obra permite mitigar um enorme passivo ambiental, pelo que se congratulou com a sua execução, bem como com a contínua aposta no investimento nas redes de abastecimento de água e saneamento, uma das maiores carências do Concelho de Marco de Canaveses. -----

----O Membro da Assembleia Municipal **Maria Luísa Madureira** (PPD/PSD), usando novamente a palavra, e no papel de docente de um jardim de infância integrado no Agrupamento de Escolas de Alpendorada, indicou que irá solicitar mais esclarecimentos ao Agrupamento, uma vez que além da informação escrita ora apresentada e apreciada, não teve qualquer conhecimento da entrega de *kits* de música no seu estabelecimento escolar. -----

----Voltando à questão da peça de teatro de natal, e não obstante os critérios evocados, fez notar que se excluídos o Jardim de Infância e a EB1 de Esperança (Folhada), todas as escolas escolhidas pertencem a Juntas de Freguesia lideradas pelo Partido Socialista. -----

----A Presidente da Câmara Municipal, **Cristina Lasalete Cardoso Vieira**, em resposta, declarou que, de facto, os *kits* de música foram entregues pelos serviços em todos os estabelecimentos de ensino, tendo o Executivo procedido à entrega simbólica destes *kits* em uma das escolas por cada Agrupamento. -----



----Mais referiu não ser de bom tom utilizar um espetáculo programado para as crianças do concelho para manobras políticas ou para deixar subentendido que a Câmara Municipal eventualmente favoreceu as Juntas de Freguesia da sua cor política, o que certamente não será o caso, uma vez que os critérios anteriormente mencionados foram utilizados e aplicados pelos técnicos da área da educação – que sugeriram um método que implique uma certa rotatividade na assistência a este tipo de espetáculos – e não propriamente pelo Executivo Camarário. -----

----Além disso, lembrou que o espetáculo em si não foi promovido ou organizado pela Câmara Municipal de Marco de Canaveses, mas oferecido pela empresa FCC, em duas sessões, pelo que o Município se limitou a tomar opções, confrontado com a impossibilidade de levar todas as crianças a assistir a esta peça de teatro. -----

**----PONTO TRÊS, PONTO DOIS – Apreciação e deliberação da proposta da Câmara Municipal relativa à transferência de competências para os Municípios e Entidades Intermunicipais. -----**

----A Presidente da Câmara Municipal, **Cristina Lasalete Cardoso Vieira**, no uso da palavra, passou a apresentar este ponto, explicando que o assunto foi aprovado em sede de Reunião de Câmara (com o voto contra do Vereador do CDS-PP) no sentido de aprovar a aceitação de competências relativas a nove dos treze diplomas propostos pelo Governo, as quais passam para a gestão direta do Município, incidindo em áreas como os jogos de fortuna ou azar, gestão de praias, justiça, apoio às equipas de intervenção permanente da Associação dos Bombeiros Voluntários, habitação, gestão de Lojas e Espaços do Cidadão e Gabinetes de Apoio ao Emigrante, vias de comunicação, gestão de património imobiliário público sem utilização e estacionamento público. --

----A Câmara Municipal decidiu aceitar no imediato a transferência destas competências por entender possuir os meios necessários e indispensáveis a uma execução das mesmas que melhor sirva o interesse dos Marcoenses, aproveitando o fator de proximidade à população, catalisador de



uma gestão mais racional e eficiente dos recursos. Embora ciente de que esta descentralização de competências implicará um trabalho acrescido para a Câmara Municipal, para o Executivo e para todos os colaboradores, o Município de Marco de Canaveses quer fazer parte da solução e assumir-se preponderantemente na linha da frente da defesa dos princípios da descentralização, acompanhando este processo desde a sua génese. -----

---O Membro da Assembleia Municipal **Mário Luís Monteiro** (CDS/PP), no uso da palavra, tratando-se este de um assunto complexo, e lembrando o sucedido aquando da delegação de competências na área dos transportes escolares, apelou a uma análise ponderada das competências a transferir para a esfera do Município, visto que ainda não são conhecidos os aguardados detalhes acerca da correspondente transferência de recursos financeiros, humanos, materiais e patrimoniais.

---A propósito deste tema, questionou se já existe uma previsão para a publicação do Decreto-lei que regulará a transferência de competências para os Municípios na área da educação, alertando para os consideráveis encargos associados com a manutenção de instalações e equipamentos, apontando o exemplo do estado de degradação da Escola EB 2/3 de Alpendorada – ainda com cobertura de amianto – que requer um investimento avultado. -----

---O Membro da Assembleia Municipal **Nuno Pinto** (PS), no uso da palavra, declarou que para o Partido Socialista, a descentralização administrativa e o reforço de competências e da autonomia do Poder Local são temas estruturantes e claramente assumidos com a reforma do Estado e no programa e ação do atual Governo. Todo este processo tem subjacente o objetivo da racionalização dos recursos, procurando uma maior eficiência e proximidade na aplicação das políticas públicas, aproximando-as do cidadão a possibilitando uma maior adequação das mesmas às reais necessidades da população. -----

---Para atingir este objetivo, torna-se necessária a concretização da transferência para o âmbito da Administração Local de um conjunto alargado de competências de serviços públicos de caráter





universal, princípio que certamente gerará mais consensos do que demarcadas diferenças por posicionamento ideológico diverso. -----

----Subsistindo ainda algumas naturais dúvidas sobre a condução do processo de descentralização, importa recordar que este tem vindo a ser concretizado numa lógica de consenso, após um longo e exigente processo negocial entre o Governo, Associação Nacional de Municípios Portugueses e Associação Nacional de Freguesias. -----

----Podendo naturalmente adiar-se no tempo o momento ideal para a implementação e assunção do desafio de uma verdadeira descentralização, o Governo, através da Lei n.º 50/2018, de dezasseis de agosto – Lei-quadro da transferência de competências – vem definir o limite temporal máximo do ano de dois mil e vinte e um para a assunção universal de todas as competências propostas pelas autarquias locais e comunidades intermunicipais. Consequentemente, caberá a cada Município definir qual o momento mais adequado para que em cada área setorial de atuação a referida transferência aconteça, de acordo com as especificidades de cada um. -----

----Mais declarou que a aceitação das transferências atrás enumeradas não subentende um afastamento do Estado do cumprimento do seu papel constitucional, estando previstos nos diferentes diplomas setoriais mecanismos de cooperação conjunta entre a Administração Central e a Administração Local, designadamente quanto ao planeamento e ao investimento inerentes às respetivas políticas públicas. -----

----Saudou a anunciada rutura com um preconceito ideológico que vê as autarquias como meros serviços concentrados da Administração Central, assumindo-se claramente uma nova forma de governação, assente na proximidade e na eficácia, que não deixando de consubstanciar um desafio exigente, representa uma mais valia no garante da qualidade de acesso dos cidadãos aos serviços públicos, bem como um voto de confiança ao Poder Local, que usufruirá deste aprofundamento e reforço de competências, bem como dos respetivos meios financeiros, humanos e materiais para a



sua execução. -----

----Face ao exposto, o Grupo Municipal do Partido Socialista irá solidarizar-se e votar favoravelmente a proposta do Executivo. -----

----O Membro da Assembleia Municipal **Joaquim Monteiro da Rocha** (CDS/PP) começou por apontar aquilo que aparenta ser uma discrepância entre o texto constante da ordem de trabalhos, referente a este ponto, e a deliberação da Câmara Municipal, que apenas refere a aceitação das competências previstas para as entidades intermunicipais. -----

----Em seguida, e perante aquilo que classificou como uma avalanche de competências a transferir para os Municípios e entidades intermunicipais nas mais diversas áreas, declarou que embora o CDS-PP seja por princípio favorável a uma descentralização das competências, a sua eficácia depende de uma estrutura adequada, em termos materiais e humanos, de que, na sua opinião, a Câmara Municipal de Marco de Canaveses atualmente não dispõe, carecendo eventualmente de mais tempo para primeiro criar as condições e estruturas necessárias, e apenas posteriormente aceitar as competências referidas, sob pena de os serviços a serem prestados não corresponderem às expetativas em termos de qualidade. -----

----Relativamente aos meios financeiros, argumentou que não basta clarificar os valores globais a transferir, mas é necessário destrinçar cabalmente quais os encargos associados a cada uma das competências rececionadas, pelo que alertou para o perigo de aceitar estas competências sem que previamente seja feita a devida quantificação dos meios financeiros. -----

----Face ao exposto, a Bancada do CDS-PP na Assembleia Municipal irá abster-se na presente deliberação, porque embora concordando com o princípio genérico da descentralização, não poderá concordar com o método que está a ser utilizado para a sua concretização, que poderá resultar em prejuízos avultados para os munícipes. -----

----A Presidente da Câmara Municipal, **Cristina Lasaleté Cardoso Vieira**, em resposta, e



começando pela intervenção do deputado **Mário Luís**, que fez referência às competências na área dos transportes escolares, realçou que esta é, de facto, uma das preocupações do Executivo, atendendo às crescentes competências nesta matéria, informando que com a integração do pré-escolar na escolaridade obrigatória, os alunos do ensino pré-escolar também passarão a ter direito a transporte escolar, sendo este apenas um exemplo de situações que têm um impacto direto nas finanças e logística da Câmara Municipal. No entanto, embora concordando que é necessário limar algumas arestas no que à descentralização de competências diz respeito, reiterou que a Câmara Municipal abraçou este desafio por estar plenamente convicta de que será capaz de providenciar à população uma resposta mais eficiente do que aquela que atualmente existe. -----

----Em relação à problemática da Escola EB 2/3 de Alpendorada, declarou que o Executivo está ciente da necessidade de se proceder à substituição da cobertura de um conjunto de infraestruturas e equipamentos, naquilo que poderão ser as responsabilidades de intervenção e manutenção a serem transferidas para os Municípios no âmbito do diploma de transferência de competências na área da saúde. A este propósito, revelou já ter sido rececionada na Câmara Municipal alguma informação preliminar nesta área, bem como na área da saúde, duas das áreas mais sensíveis contempladas neste projeto de descentralização. Esta informação será agora cabalmente analisada pelos serviços camarários, de modo a aferir se está em concordância com o panorama real do concelho. Registou, porém, que a assunção de competências na área da educação por parte do Município permitirá eventualmente fazer uma gestão mais assertiva das prioridades em termos de intervenção e requalificação dos estabelecimentos de ensino, dando uma resposta mais célere e eficaz às necessidades do concelho e às variadas reivindicações da comunidade escolar nesta área.

----Agradeceu a intervenção do deputado **Nuno Pinto** sobre aquilo que é o espírito e missão deste projeto de descentralização. -----

----Em relação à intervenção do deputado **Monteiro da Rocha**, passou a explicar que as



competências que efetivamente têm de ser deliberadas em sede de Assembleia Municipal são aquelas que se preveem transferir para as comunidades intermunicipais, sendo que as restantes não carecem de aprovação do órgão deliberativo, tendo sido ainda assim trazidas à Assembleia por uma questão de transparência e rigor. -----

----Solidarizando-se com a preocupação com aquilo que aparenta ser uma transferência súbita e repentina de várias competências para a esfera municipal, informou que a breve prazo será estendido um convite a várias entidades com responsabilidades na área da educação e saúde para participarem de reuniões de trabalho temáticas que serão programadas pela Câmara Municipal, de modo a promover um salutar debate e a envolvência da comunidade nesta decisão. -----

----Salientou que só na área da educação, a aceitação por parte do Município das competências propostas implica a assunção de responsabilidades sobre seis estabelecimentos de ensino de quatro Agrupamentos Escolares e duas escolas profissionais, o que se traduz, ao nível dos recursos humanos, em duzentas e quarenta e três assistentes operacionais e quarenta e duas assistentes técnicas, com os respetivos encargos com pessoal a ascender a cerca de três milhões, trezentos e cinquenta e dois mil euros (3.352.000€). -----

----Salientando que em dois mil e vinte e um a assunção destas competências por parte dos Municípios deixa de ser opcional, o objetivo da Câmara Municipal de Marco de Canaveses é estar plenamente envolvida neste processo, de modo a preparar desde já o terreno e antecipar alguns problemas e questões que muitas vezes só são detetadas quando se assumem responsabilidades nestas áreas, para que em dois mil e vinte e um os procedimentos e estruturas estejam otimizados. -

----Indo ao encontro da expectativa do deputado, explicou que o Governo irá fazer chegar informação detalhada sobre os encargos relativos a cada estabelecimento escolar, relativamente a manutenção e recursos humanos, informação essa que posteriormente terá de ser avalizada pela Câmara Municipal, que poderá apresentar uma contraproposta caso entenda que os valores



propostos não serão suficientes para executar convenientemente as competências a assumir. -----

----Embora seja expectável que o envelope financeiro associado à transferência de competências não atinja o volume que seria desejável, reiterou a sua convicção de que o Município de Marco de Canaveses poderá certamente dar uma resposta mais célere e eficaz às diversas reivindicações – entre as quais solicitação de colocação de auxiliares de ação educativa, intervenções no espaço escolar, entre outras – por comparação com o Ministério da Educação. -----

----Em suma, declarou que a Câmara Municipal se propõe aceitar esta transferência de competências plenamente ciente de que será um processo complexo e trabalhoso, que irá requerer a elaboração e atualização de diversos regulamentos municipais e que terá obrigatoriamente que envolver toda a comunidade, na certeza, porém, de que será capaz de assumir eficientemente estas novas competências, melhorando o serviço público prestado aos Marcoenses. -----

----Terminadas as intervenções, o Presidente da Mesa **Jorge Francisco Vieira**, submeteu à votação o **Ponto Três, Ponto Dois** da ordem de trabalhos, tendo este sido aprovado por **maioria**, com trinta e quatro (34) votos a favor, zero (00) votos contra, e três (03) abstenções. -----

----Este ponto foi aprovado em minuta. -----

----O Membro da Assembleia Municipal **Susana Loureiro** (PPD/PSD), no uso da palavra, apresentou uma declaração de voto, a qual é integralmente transcrita. -----

----*O Partido Social Democrata, após análise dos documentos apresentados pela Câmara Municipal, e na sequência do debate ocorrido nesta Assembleia, assume o seu voto a favor na votação do Ponto n.º 3.2, Apreciação e deliberação da proposta da Câmara Municipal relativa à transferência de competências para os Municípios e Entidades Intermunicipais, da Assembleia Municipal de Marco de Canaveses de vinte e três de fevereiro de dois mil e dezanove, por considerar que a descentralização é o caminho que se deve seguir, tendo em vista melhor servir as*



*populações, uma vez que quanto maior for a proximidade, mais rapidamente se pode agir, e assim ir de encontro aos interesses dos Marcoenses. -----*

*----No entanto, a Lei n.º 50/2018, publicada a dezasseis de agosto, que estabelece o quadro da transferência de competências em diversas áreas para as autarquias locais e para as entidades intermunicipais, estabelece que os órgãos municipais se têm de pronunciar sobre a aceitação, ou não aceitação, da descentralização administrativa das competências da Administração Central para as Autarquias Locais, nas áreas como da Proteção Civil, saúde animal e de segurança dos alimentos, habitação, estruturas de atendimento ao cidadão, gestão de praias fluviais, entre outras. -----*

*----No entanto, apesar de constar na Lei n.º 50/2018, publicada a dezasseis de agosto, no seu art.º 5.º, que o Orçamento de Estado para 2019 contemplaria as verbas do Fundo de Financiamento da Descentralização, tal não veio a acontecer na sua publicação, nem na nova Lei das Finanças Locais, na redação que lhe foi dada pela Lei n.º 251/2018, de dezasseis de agosto. Apesar de prever a criação do novo Fundo de Financiamento da Descentralização no seu art.º 30-A.º, não concretiza como será definido e distribuído este fundo, nem como, por exemplo, se garantirá a sua articulação com o Fundo Social Municipal criado em dois mil e sete, e que serviu para financiar a primeira fase de transferência de competências para as Câmaras em áreas sociais. -----*

*----Esta Lei-quadro não teve por pressuposto estudos de base que fundamentem a transferência destas novas competências para as autarquias locais, carecendo a tal nível de uma sustentação e fundamentação. -----*

*----As transferências das novas competências terão um enorme impacto na gestão da autarquia, em termos de implicações financeiras e humanas, já para não falar das organizacionais, sendo certo que irão implicar uma profunda alocação de recursos financeiros, cujos contornos ainda não são possíveis de definir nesta fase, pois ainda não foram transferidas todas as competências*



*previstas na Lei-quadro. O processo de transferência das competências implica a alocação de recursos pela Administração Central, mas também a assunção de eventuais dívidas por parte das entidades da Administração Local, como resulta claro do art.º 80-D.º do Regime Financeiro das Autarquias Locais e Entidades Intermunicipais, dívidas estas que são totalmente desconhecidas neste momento.* -----

*---Temos perfeito conhecimento de que esta Lei não é uma descentralização de competências, mas antes uma imposição de competências, pois os Municípios terão de as assumir até dois mil e vinte e um. Mas, era fundamental apresentar a este órgão fiscalizador da atividade municipal a apreciação prévia que o Executivo teve para a aceitação destas novas competências, sem saber quais os recursos financeiros, humanos e patrimoniais que ficarão alocados ao Município de Marco de Canaveses, e a cada uma das áreas objeto de descentralização, previstos na alínea f) do art.º 2.º e art.º 5.º.* -----

*---Espera o PSD que a Sra. Presidente da Câmara tenha a certeza plena de que o Governo irá honrar os seus compromissos, e que irá transferir para o Município de Marco de Canaveses as verbas necessárias para gerir as novas competências.* -----

**---PONTO TRÊS, PONTO TRÊS – Informação sobre os compromissos plurianuais face à autorização prévia no âmbito da Lei dos Compromissos e Pagamentos em atraso – LCPA. ---**

*---Não havendo intervenções neste ponto, a Assembleia passou para o ponto seguinte da ordem de trabalhos.* -----

**---PONTO TRÊS, PONTO QUATRO – Apreciação e deliberação da proposta da Câmara Municipal respeitante à 1.ª Revisão das Grandes Opções do Plano e Orçamento Municipal do Marco de Canaveses.** -----

*---A Presidente da Câmara Municipal, **Cristina Lasalete Cardoso Vieira**, no uso da palavra, passou a apresentar este ponto, explicando que a primeira revisão às Grandes Opções do Plano e*



Orçamento Municipal para o ano económico de dois mil e dezanove tem por base a Lei do Orçamento de Estado para dois mil e dezoito, que confere um maior grau de flexibilidade na utilização antecipada do saldo de gerência anterior, na medida em que parte deste saldo que resulta de receitas consignadas pode agora ser incorporado na execução orçamental em momento anterior ao da aprovação dos documentos de prestação de contas, em abril. -----

---Especificamente, a revisão orçamental incide sobre a despesa corrente e de capital, sendo algumas rubricas reforçadas, de acordo com a informação previamente distribuída pelos membros da Assembleia. -----

---O Membro da Assembleia Municipal **Luís Vales** (PPD/PSD), assinalou que as rubricas de “Estudos, pareceres, projetos e consultadoria” e “Publicidade” foram reforçadas com verbas na ordem dos trezentos e nove mil e oitocentos euros (309.800€) e cento e quarenta e um mil, trezentos e cinquenta euros (141.350€), respetivamente. A menos que seja dada uma justificação pertinente, considerou algo excessivo um investimento em estudos e publicidade que ascende a quatrocentos e cinquenta mil euros (450.000€). -----

---Registando como positivo o reforço dos investimentos previstos na requalificação de alguns estabelecimentos escolares e na expansão da rede de abastecimento de água e saneamento, indicou que na opinião da Bancada do Partido Social Democrata, estes investimentos estruturantes ainda poderiam ser mais avultados, caso o Executivo Municipal adotasse uma política menos despesista, com manifestos benefícios para a qualidade de vida dos Marcoenses. -----

---Uma vez que as disponibilidades financeiras do Município de Marco de Canaveses ascendem a cerca de doze milhões de euros (12.000.000€), não se compreende que a totalidade desta verba se encontre em depósito à ordem, alegando que caso esta verba fosse aplicada a prazo, com uma taxa de juro de um por cento (1%) negociada com a entidade bancária, poderia render ao Município uma remuneração de mais de cem mil euros (100.000€), valor que é desperdiçado pelas opções de





gestão financeira do Executivo Camarário. -----

----Relembrou que para a atual saúde financeira do Município de Marco de Canaveses muito contribuiu a gestão rigorosa do Partido Social Democrata ao longo de doze anos, que conduziu à reestruturação da dívida municipal e à libertação das amarras do contrato de reequilíbrio financeiro. Este facto inegável obriga o atual Executivo liderado pelo Partido Socialista a ser mais ambicioso e proativo nos investimentos estruturantes a realizar, nas áreas da educação, promoção da qualidade de vida, desenvolvimento económico e captação de investimento externo, criação de emprego, dinamização do turismo, entre outras. -----

----Em suma, face às necessidades e carências do Concelho de Marco de Canaveses nas áreas anteriormente enumeradas, considerou que o Orçamento Municipal fica muito aquém das expetativas geradas em termos de desenvolvimento do concelho. -----

----Não obstante os alertas deixados, declarou que o Grupo Parlamentar do PSD irá votar favoravelmente a presente proposta de revisão às Grandes Opções do Plano e Orçamento Municipal. -----

----Como nota final, e corrigindo a informação veiculada pelo Líder da Bancada do Partido Socialista, referiu que a proposta apresentada à Assembleia Municipal no dia vinte e oito de fevereiro de dois mil e catorze pela deputada Ana Moura Pinto, sobre o projeto da Juventude Socialista para o Orçamento Participativo Jovem, teve apenas um voto contra, da deputada Carla Babo, que à data apresentou a sua declaração de voto. -----

----O Membro da Assembleia Municipal **Nuno Pinto** (PS), fazendo notar que os argumentos utilizados pela Bancada do PSD vão-se tornando cada vez mais repetitivos e previsíveis, naquilo que é a eterna discussão sobre as responsabilidades pelo saldo de gerência transitado do ano económico de dois mil e dezassete, na ordem dos dez milhões de euros (10.000.000€), tentando convencer os mais incautos de que se trata de dinheiro em caixa, disponível para quaisquer



investimentos projetados pelo atual Executivo. -----

----Alegando nada ter contra a acumulação de saldo de gerência como instrumento de planeamento e gestão autárquica da despesa corrente e de capital, e que qualquer comparação quantitativa ou qualitativa com um passado recente é sempre relativa, na medida em que o saldo de gerência é afetado por diversos fatores internos e externos, como a programação ou reprogramação do momento do ciclo de investimentos públicos, argumentou que, de facto, o Executivo Municipal não dispõe atualmente de doze milhões de euros (12.000.000€) para utilizar a seu bel-prazer, assim como no ano transato não dispunha efetivamente dos dez milhões de euros (10.000.000€) anteriormente mencionados. -----

----Da análise aos documentos facultados aos membros da Assembleia, conclui-se que cerca de dois terços do saldo de gerência transitado são destinados à reposição ou reforço de dotações de despesa corrente, fundamentais para o funcionamento do Município e para a assunção financeira das suas funções públicas essenciais. O restante saldo de gerência, cerca de um terço do saldo transitado, é direcionado para um reforço do Plano Plurianual de Investimentos, dotando assim total ou parcialmente rubricas de investimento anteriormente apenas sinalizadas com valores mínimos de abertura, distribuídas por áreas como a administração geral, educação, ordenamento do território, infraestruturas de água e saneamento, desporto e lazer. -----

----Afigurando-se o ano de dois mil e dezanove como bastante exigente ao nível da governação local – pela perspetiva de assunção de novas competências, execução física da obra do PARU no centro da cidade, e indefinição quanto à solução para o conflito judicial que opõe o Município à empresa concessionária Águas do Marco, adiada devido à atitude irresponsável do PSD ao impugnar o processo de contratação de representação jurídica, atitude essa que os Marcoenses saberão avaliar e julgar convenientemente – expressou total confiança de que o Executivo Municipal estará preparado para assumir e ultrapassar esse desafio com sucesso. -----



----A Presidente da Câmara Municipal, **Cristina Lasalete Cardoso Vieira**, respondendo às questões colocadas pelo deputado **Luís Vales**, começou por esclarecer que o reforço da rubrica “Publicidade”, com uma verba de cento e quarenta e um mil, trezentos e cinquenta euros (141.350€), fica a dever-se à questão da promoção, sensibilização e comunicação no âmbito do PARU, naquilo que são as chamadas medidas redutoras ou minimizadoras, que implicam uma comunicação efetiva aos munícipes no decurso das obras previstas. -----

----Sendo certo que qualquer Município e Executivo Municipal têm por objetivo consolidar e maximizar os níveis de investimento, declarou que o acesso antecipado ao saldo de gerência transitado do exercício anterior permite o reforço de rubricas de investimento para projetos cuja execução se prevê durante o ano de dois mil e dezanove, conforme espelhado no Orçamento Municipal e Plano Plurianual de Investimentos. -----

----Não havendo mais intervenções, o Presidente da Mesa **Jorge Francisco Vieira**, submeteu à votação o **Ponto Três, Ponto Quatro** da ordem de trabalhos, tendo este sido aprovado por **unanimidade**, com trinta e quatro (34) votos a favor, zero (00) votos contra, e zero (00) abstenções. -----

----Este ponto foi aprovado em minuta. -----

----**PONTO TRÊS, PONTO CINCO – Apreciação e deliberação da proposta da Câmara Municipal relativa à 1.ª alteração ao Mapa de Pessoal 2019.** -----

----A Presidente da Câmara Municipal, **Cristina Lasalete Cardoso Vieira**, no uso da palavra, passou a apresentar a proposta para alteração do Mapa de Pessoal da Câmara Municipal de Marco de Canaveses, que contempla a contratação de um técnico superior de informática (para laborar na área da proteção de dados, gestão de licenças de *software* e segurança da informação), um técnico superior na área da economia (para auxiliar na gestão dos fundos comunitários e no projeto Marco Investe), um técnico superior de ciências da tecnologia, documentação e informação, um técnico



superior de desporto, um técnico superior de psicologia, um técnico superior na área de gestão cultural (para exercer funções no Museu Municipal), dois técnicos superiores na área das ciências da comunicação, sete assistentes técnicas (já contratadas ao abrigo da delegação de competências na área da educação, para trabalhar de perto com as crianças com necessidades educativas especiais), três técnicos superiores na área jurídica, e um técnico superior na área da engenharia civil (para colaborar no recentemente criado Gabinete de Contratação Pública e Aprovisionamento. Deu nota de que outros lugares abertos no Mapa de Pessoal serão preenchidos através do programa de regularização de vínculos precários em curso. -----

---O Membro da Assembleia Municipal **Luís Vales** (PPD/PSD), no uso da palavra, declarou ser com agrado que a Bancada do PSD encara a contratação de novos funcionários para o Município, atendendo aos largos anos em que a Câmara Municipal esteve impossibilitada de reforçar o seu quadro de pessoal, por força das condicionantes impostas pelo plano de reequilíbrio financeiro, das quais se libertou graças à gestão rigorosa e criteriosa levada a cabo pelo Executivo liderado pelo PSD. -----

---Concluindo, manifestou a sua confiança de que os júris do concurso serão exigentes e escolherão os melhores profissionais, sendo com este trabalho de qualidade que se constrói um concelho cada vez melhor. -----

---A Presidente da Câmara Municipal, **Cristina Lasaleté Cardoso Vieira**, em resposta, e por forma a tranquilizar o deputado **Luís Vales**, explicou os rigorosos procedimentos para a constituição dos júris dos concursos públicos para recrutamento de pessoal, partilhando da convicção de que os profissionais qualificados a contratar revelar-se-ão uma mais valia em termos da qualidade da prestação de serviços aos cidadãos. -----

---Não havendo mais intervenções, o Presidente da Mesa **Jorge Francisco Vieira**, submeteu à votação o **Ponto Três, Ponto Cinco** da ordem de trabalhos, tendo este sido aprovado por



**unanimidade**, com trinta e seis (36) votos a favor, zero (00) votos contra, e zero (00) abstenções. -

----Este ponto foi aprovado em minuta. -----

----**PONTO TRÊS, PONTO SEIS – Apreciação e deliberação da proposta da Câmara Municipal relativa à Declaração de Interesse Municipal – Centro de apoio às Atividades Náuticas de Recreio – Infraestruturas Associadas, requerido por António Jorge Vieira Azevedo.** -----

----A Presidente da Câmara Municipal, **Cristina Lasalete Cardoso Vieira**, no uso da palavra, passou a apresentar este ponto, dando nota de se tratar de um projeto destinado a um Centro de Apoio às Atividades Náuticas de Recreio, o qual se encontra em apreciação pelos serviços técnicos da Câmara Municipal e por várias entidades cujo parecer é essencial para o seu licenciamento e concretização, nomeadamente a Reserva Agrícola e Reserva Ecológica Nacional e Agência Portuguesa do Ambiente. -----

----O projeto prevê a instalação de algumas infraestruturas consideradas essenciais para um adequado funcionamento do Centro de Apoio às Atividades Náuticas de Recreio, entre as quais duas plataformas flutuantes de acesso direto ao plano de água, com capacidade para atração de embarcações turísticas de recreio de pequeno porte, e o acesso viário ao respetivo parque de estacionamento. Pretende-se que este equipamento seja um ponto de ligação direto entre todas as atividades a realizar no âmbito náutico, sendo de construção amovível, devidamente inserida na paisagem envolvente, criando uma relação de harmonia com o meio ambiente. -----

----A implementação deste projeto resultará na criação de quatro postos de trabalho diretos e qualificados, e aproximadamente cinco postos de trabalho indiretos. O custo de execução é estimado em cerca de duzentos e cinquenta mil euros (250.000€). -----

----O Membro da Assembleia Municipal **Miguel Carneiro**, Presidente da Junta de Freguesia de Vila Boa do Bispo (PS), indicou que não participará na presente deliberação, por envolvimento



profissional no projeto em causa. -----

----O Membro da Assembleia Municipal **Mário Luís Monteiro** (CDS/PP), sendo um acérrimo defensor do pleno aproveitamento dos recursos hídricos locais, congratulou-se com a apresentação deste projeto, passível de valorizar a zona do Torrão, e manifestou o seu desejo de ver concretizados outros projetos que possam tirar partido do potencial do Marco de Canaveses para a prática de desportos náuticos, e mais concretamente da canoagem, com condições de topo a nível mundial. -----

----A Presidente da Câmara Municipal, **Cristina Lasalete Cardoso Vieira**, em resposta, partilhou da convicção de que esta estrutura de apoio às atividades náuticas de recreio terá um papel fundamental no desenvolvimento daquela área geográfica do concelho. Concordando que poderão ser posteriormente ponderadas outras medidas para potenciar a prática da canoagem, deixou um louvor ao trabalho que já tem vindo a ser desenvolvido pelo Ginásio Clube de Alpendorada na promoção desta modalidade. -----

----Terminadas as intervenções, o Presidente da Mesa **Jorge Francisco Vieira**, submeteu à votação o **Ponto Três, Ponto Seis** da ordem de trabalhos, tendo este sido aprovado por **unanimidade**, com trinta e cinco (35) votos a favor, zero (00) votos contra, e zero (00) abstenções.

----Este ponto foi aprovado em minuta. -----

----Terminada a Ordem de Trabalhos, o Presidente da Mesa, deu de imediato a palavra à Segunda Secretária, **Maria Gorete Lopes Pinheiro**, para que sejam aprovados em minuta os seguintes pontos: três, ponto dois (**3.2**), três, ponto quatro (**3.4**), três, ponto cinco (**3.5**) e três, ponto seis (**3.6**) da Ordem de Trabalhos da única reunião da Sessão Ordinária da Assembleia Municipal. -----

---Nada mais havendo a tratar, quando eram treze horas e vinte e cinco minutos do dia vinte de três de fevereiro de dois mil e dezanove, o Presidente da Mesa, **Jorge Francisco Vieira**, deu por encerrada a sessão, da qual para constar se lavrou a presente ata, que eu, **Maria Gorete Lopes**



**ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MARCO DE CANAVESES**

**ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA      Fls**  
**DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL Nº 01**  
**REALIZADA EM 23/02/2019**

**Pinheiro**, na qualidade de Segunda Secretária redigi, não transcrevendo na íntegra as intervenções, mas apenas um resumo dos assuntos tratados e das decisões tomadas, uma vez que existe uma gravação e também a transcrição na íntegra que ficam arquivadas, e podem ser lida e ouvida por qualquer membro que o solicite. -----

-----O Presidente da Mesa-----

-----Jorge Francisco Vieira -----

-----O Primeiro Secretário-----

-----Bruno Daniel Sousa Caetano -----

-----A Segunda Secretária-----

-----Maria Gorete Lopes Pinheiro-----  
-----  
-----  
-----